

SOBRE O AUTOR



Gerônimo Vicente dos Santos é natural de Maceió-Alagoas, jornalista formado pela Universidade Federal de Alagoas (1985), especialista em Comunicação Empresarial pelo Centro Universitário Cesmac e mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Mestrado Profissional e Educação Tecnológica (ProfEPT-IFAL). É servidor do Instituto Federal de Alagoas, lotado no Campus Benedito Bentes. Por mais de quatro décadas atua na área de Comunicação Social do governo federal tendo iniciado sua trajetória funcional como técnico em Comunicação Social do Ministério da Educação - Delegacia de Alagoas em 1984, transferindo-se para o então Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas em 1999. Na condição de jornalista atuou como repórter e editor dos jornais impressos do Estado, tais como, Jornal de Alagoas (1986-1993), Gazeta de Alagoas (1994-1995), Diário de Alagoas (1995-1997), Tribuna de Alagoas (2006-2007) e foi um dos fundadores da Cooperativa dos Jornalistas e Gráficos de Alagoas (2007) e da TV Comunitária de Alagoas (2005). Atuou como sindicalista no Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Alagoas (Sindpref) – 1994-1998, Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (1996-2015) e Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas (2010-2015).



Publicar uma obra é muito mais que registrar resultados de pesquisa. É tornar público o saber, compartilhar as descobertas científicas, fortalecer a identidade institucional e ampliar o alcance das reflexões, práticas e descobertas que nascem de um trabalho intelectual.

As publicações contribuem para preservar e disseminar a memória acadêmica e cultural, dar visibilidade às experiências locais e inspirar novas trajetórias de pesquisa e inovação. Cada livro impresso é um legado de conhecimento compartilhado, despertando o senso crítico, a imaginação e a criatividade dos leitores.

Cada obra publicada com o apoio do Ifal representa a valorização do conhecimento produzido por sua comunidade acadêmica, consolida o papel social como instituição pública de ensino, pesquisa, extensão e inovação e reafirma o compromisso institucional com a promoção e a difusão da produção científica, técnica e cultural desenvolvida por servidoras, servidores e estudantes. Afinal, produzir ciência é essencial, e publicá-la é o que a torna viva e acessível.

Eunice Palmeira
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



GERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS

CAMPI CENTENÁRIOS DO IFAL: LUGARES DE MEMÓRIAS E DE IDENTIDADE DA EPT



CAMPI CENTENÁRIOS DO IFAL:
LUGARES DE MEMÓRIAS E
DE IDENTIDADE DA EPT

GERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS



SOBRE A OBRA

A obra retrata os campi centenários do Instituto Federal de Alagoas - Maceió e Satuba - como lugares de memória e de identidade, a partir de consultas a documentos e entrevistas com atores sociais que participaram, ativamente, da história e do engrandecimento dessas Instituições centenárias. São dois ambientes educativos e formativos que trazem, em seu bojo, um sentimento de história, de passado, de afetividade, principalmente quando se trata de espaços escolares por onde passaram e vão passar várias gerações. Esses campi do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) com mais de 100 anos de existência trazem esta sintonia entre suas reminiscências, o presente e o futuro, estabelecendo-se um jogo nunca acabado entre o instituído e o instituinte, ou seja, entre a memória institucional e os seus salvaguardados



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

370

S273c

Santos, Gerônimo Vicente dos.

Campi centenários do Ifal: lugares de memórias e de identidade da EPT / Gerônimo Vicente dos Santos. - Maceió: IFAL; CBA Editora Costa & Barros, 2025.

121 p. : il.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-85-54336-50-9

1. Educação. 2. Acervo Histórico. 3. Memória - Ifal. 4. Documentação. I. Título.

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

**Campi centenários do Ifal:
lugares de memórias e de
identidade da EPT**

GERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS

Campi centenários do Ifal: lugares de memórias e de identidade da EPT



Maceió/AL
2025

INSTITUO FEDERAL ALAGOAS

REITOR

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eunice Palmeira da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carolina Mendonça de Moraes Duarte

DIRETOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eugênio Bastos da Costa

COORDENADOR DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO

Otávio Monteiro Pereira

PRESIDENTE DO CONSELHO EDITORIAL

Fabiano Duarte Machado

CAPA:

Carlyson Geijine de Oliveira Silva

DIAGRAMAÇÃO:

Carlos Fabiano Costa Barros

CONSELHO EDITORIAL DO IFAL

PRESIDENTE

Fabiano Duarte Machado

VICE PRESIDENTE

Emerson Magalhães dos Santos

SECRETÁRIA

Genilda Castro de Omena Neta

MEMBROS

Rusanil dos Santos Moreira Júnior

Cícero Julião da Silva Junior

Sarah Medeiros Souto

Arley Santos Leão

Ênio Gomes Flôr Souza

Alan César Vanderlei Moura

Ritaciro Cavalcante da Silva

Kleyfton Soares da Silva

SUPLENTE

Adriana Thiara de Oliveira Silva

Romildo Barros da Silva

Wagner Titara Juliasse

David Gomes Costa

Bruno Rodrigo Tavares Araujo

CONSELHO CIENTÍFICO DO EDITAL

PRESIDENTE

Fabiano Duarte Machado - IFAL

MEMBROS

Amaro Hélio Leite da Silva - IFAL

Eugênio Bastos da Costa - IFAL

Cícero Pêrcles de Oliveira Carvalho - UFAL

Genilda Castro de Omena Neta - IFAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------------	---

CAPÍTULO 1

A MEMÓRIA COMO FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)	13
O Brasil-Império e os primeiros centros de educação profissional ...	15
A educação profissional na primeira República.....	17
A formação para o trabalho e a dualidade estrutural	20
Ensino agrícola e a fixação do homem no campo.....	22

CAPÍTULO 2

CAMPI MACEIÓ E SATUBA: HISTÓRIA E VOZES DO PASSADO RESGATADAS DO SILÊNCIO	29
Educação profissional e tecnológica em Alagoas	29
Breve histórico do Campus Maceió.....	29
A influência da convulsão social em Alagoas na escola	41
Liceu industrial de Alagoas.....	47
A “duvidosa”obra de Niemeyer	54
Intervenção da Ditadura Militar na educação profissional	60
Escola Técnica Federal de Alagoas	62
De Etfal para Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet-AL)	67
Breve histórico do Campus Satuba.....	80
Fechamento e transferência dos alunos	96
Fatos trágicos	100
A polêmica aglutinação da EAFS ao Instituto Federal de Alagoas ..	105
Institutos federais e a relação com o desenvolvimento local.....	108
Considerações finais.....	113
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXO.....	119

APRESENTAÇÃO

Uma viagem no tempo pela história da educação profissional em Alagoas é o que caracteriza esta publicação, fruto de um documentário produzido a partir de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional e que tem como Instituição Associada (IA) nesse Estado, o Campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

A investigação que originou esta obra percorre o caminho da memória, evocando o passado e o sentimento de afetividade em relação à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), manifestados pelos atores sociais envolvidos.

A inspiração para este trabalho nasceu da experiência como jornalista e servidor de três fases institucionais da EPT em Alagoas: a Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet-AL) e o Instituto Federal de Alagoas (Ifal). O contato cotidiano com slides, fotografias, filmagens, livros, cartazes, recortes de jornais e outros artefatos que guardam a memória dessas instituições despertou a ideia de organizar uma publicação gráfica. Nesse percurso, destacam-se experiências como a produção de um encarte especial no jornal *Gazeta de Alagoas*, em 23 de setembro de 2004, alusivo aos 95 anos de implantação do ensino profissional em todo o país e a participação no projeto de extensão “História do Meu Bairro”, também publicado como suplemento do mesmo periódico diário. Ambos os trabalhos foram marcos inspiradores e tiveram a valiosa autoria da

professora Irene Bonan, cuja memória merece ser resgatada pelo legado que deixou ao Ifal.

Instituições centenárias carregam, em si, um forte sentimento de história, memória e afetividade, sobretudo quando ligadas ao espaço escolar, por onde passaram e ainda passarão muitas gerações. Os campi do Ifal, com mais de 100 anos de existência (no caso, os campi de Maceió e Satuba), expressam essa sintonia entre passado, presente e futuro, configurando um diálogo permanente entre o instituído e o instituinte — entre a memória institucional e seus guardiões. Assim, esta publicação atravessa as fronteiras do tempo, construindo uma ponte entre o vivido e o que ainda está por vir.

Como aporte teórico, o livro recorre a renomados escritores e pesquisadores, além de educadores que vivenciaram, intensamente, a trajetória profissional nas instituições centenárias do Ifal. A obra revela os primórdios do ensino técnico-profissional público e gratuito em Alagoas, o perfil dos primeiros estudantes no início do século XX, a influência do positivismo e a adoção de um modelo cívico-militar que instituiu a disciplina entre jovens de origem popular, bem como a chegada dos primeiros professores e das máquinas industriais e agrícolas.

O trabalho também registra importantes rupturas históricas: o fim do veto à participação feminina nos processos seletivos; a extinção das salas de castigo; a superação do apadrinhamento político na escolha de gestores e até de alunos; as lutas e resistências dos grêmios estudantis; e os avanços pedagógicos que consolidaram esses campi como referências de excelência na educação pública brasileira.

A expectativa é que esta obra se torne uma fonte de memória e reflexão sobre a trajetória das instituições pioneiras da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas.

Gerônimo Vicente dos Santos

Autor

A MEMÓRIA COMO FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

A busca pela memória institucional em um ambiente escolar já traz, em seu bojo, algumas hipóteses sobre a ausência de registros históricos e que não tenham relação com os documentos oficiais e burocráticos. As lembranças que criaram um sentimento de identidade junto à comunidade escolar, pouco se efetivam na prática em uma unidade de ensino.

No processo histórico mais recente de mudança na legislação da educação profissional e tecnológica, o Decreto 2.208/97 que desvinculou o ensino técnico do ensino médio contribuiu para o apagamento parcial da memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que não se consolidou em sua totalidade, por força do Decreto 5.154/2004, sancionado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva que revogou a legislação anterior aplicada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Este Decreto revitalizou a integração entre o ensino médio e técnico, por meio de um modelo de educação que, como afirma Ciavatta (2005), deve dar à população, um ensino de qualidade com os elementos científicos-tecnológicos exigidos pela vida social ou o adestramento e o preparo simples para as atividades funcionais da produção.

O termo formação integrada está, estritamente, ligado ao ideário da educação politécnica e estabelece as ações que possam intervir para a implementação de mudanças necessárias à sua implan-

tação e reafirmação de sua legitimidade perante a opinião pública. Gramsci (1981, p.144) reitera o termo integrar e formação integrada ao seu sentido de completude de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas, mediações históricas que concretizam os processos educativos.

Ainda em relação à memória, Ciavatta afirma que por ser um espaço ocupado pela infância e a juventude, cujo sentimento do passado é quase inexistente, a escola parece ser um lugar de memória ainda mais esmaecido. No entanto, esse sentimento aflora com o passar do tempo e até as vivências com os colegas de infância e de juventude tornam-se, mais tarde, densos “lugares de memórias”, contribuindo para a construção de identidades singulares e, ao mesmo tempo, coletiva, como pertencimento a um espaço-tempo, a um grupo com as marcas desse tempo.

Eliezer Pacheco (2015), na publicação intitulada *Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais*, considera importante a questão da preservação da memória dos institutos federais, a partir do envolvimento também das organizações comunitárias, além da comunidade interna (alunos e servidores). Para o ex-secretário da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, a escola, seja do nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como efetivo polo cultural.

Com esta afirmação, Pacheco evidencia, por meio desta recomendação, a necessidade de uma ação interdisciplinar nas práticas de ensino dos institutos federais e, no caso de uma política de preser-

vação da memória institucional, essa realidade poderia ser atestada, a partir de uma proposta de educação patrimonial como incentivo à valorização da memória escolar.

A afirmação de Pacheco revela, ainda, a importância de a comunidade acadêmica e dos segmentos sociais externos estarem inseridos no ambiente escolar e no processo de preservação da memória, a partir do zelo pelo patrimônio público e cultural e, deste modo, o ser humano tornar-se cidadão capaz de compreender o processo produtivo e o seu papel dentro do contexto social. Para Ramos (2005), deste modo se estabelece uma formação humana omnilateral que inclui o trabalho, ciência e cultura.

Frigotto, por sua vez, demarca alguns aspectos que as análises não têm enfatizado na abordagem sobre a questão da interdisciplinaridade que seriam, a de aprender a ação interdisciplinar como necessidade, ou seja, como algo imperativo e também como problema, na condição de desafio. Para o autor, “a questão de interdisciplinaridade se impõe como necessidade e como problema, fundamentalmente, no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico.

O Brasil-Império e os primeiros centros de educação profissional

Com uma perspectiva assistencialista, o ensino das Artes e Ofícios objetivava “amparar os órfãos e demais desvalidos da sorte”, considerados em condições sociais vulneráveis como forma de evitar a delinquência.

Em seguida, um Decreto Real instituiu, em 1861, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, no qual os diplomados gozavam de

preferência no preenchimento de cargos públicos das secretarias do Estado. Os Liceus de Artes e Ofícios, criados por ação de várias sociedades civis, tiveram como objetivo o amparo das crianças órfãs e abandonadas. Essas entidades foram criadas no Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo 1882), Maceió (1884), Ouro Preto (1886) e tinham a garantia financeira do Estado, iniciativa que prevaleceu no regime republicano.

Para Santos (2003) destinar verbas públicas para o ensino privado se constitui em uma prática antiga no cenário educacional brasileiro. Manfredi cita que esses liceus deram feição à organização do trabalho no país por se caracterizarem pela finalidade assistencialista e moralizadora, pois os padrões de hierarquia e disciplina do militarismo da época estavam entre os perfis institucionais.

As iniciativas voltadas para o ensino de ofícios do Estado e da iniciativa privada, segundo Cunha (2000b, p.4) eram legitimadas por ideologias que proclamavam ser generalização desse tipo de ensino para trabalhadores livres a condição de imprimir nelas a motivação para o trabalho, evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política que eram contestadas na Europa, propiciar a instalação de fábricas que se beneficiaram da existência de uma força de trabalho qualificada, motivada e ordeira e favorecer os próprios trabalhadores que passariam a receber salários mais elevados. As primeiras instituições públicas de ensino foram voltadas para os níveis superior, primário e secundário como forma de preparar alunos para a universidade.

O ensino secundário, por sua vez, se fazia presente em poucos estabelecimentos de educação, segundo o mesmo autor, entre

eles, os Colégios São José e São Joaquim, ambos no Rio de Janeiro. Por intermédio do Colégio São Joaquim originou-se o Colégio Pedro II, em 1837. “Com o tempo o ensino secundário foi sendo desenvolvido por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o ensino superior” (MANFREDI, 2002, p. 75).

A educação profissional na primeira República

Dados do Ministério da Educação (MEC), de 2017, indicam que depois da abolição legal do trabalho escravo, o Brasil possuía 636 fábricas instaladas com um contingente próximo a 54 mil trabalhadores e uma população estimada em 14 milhões de habitantes. A economia era agrária-exportadora e tinha relações de trabalho rural-capitalista. Com esse panorama, o novo regime dos Estados da Federação se organizaram em iniciativas de regulamentação do ensino profissional. “Alguns governos estaduais redesenharam o funcionamento dos antigos liceus ou criaram suas próprias redes de ensino profissional (MANFREDI, 2002, p. 85).

O então governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº. 787, de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofícios localizadas em Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul. Houve um marco histórico para a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, a partir da realização do “Congresso de Instrução” que deliberou um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial a ser mantido em parceria da União com os Estados. A deliberação foi proposta ao Congresso Nacional para apreciação:

[...]O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

Em 1909, o então presidente da República Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes e Artífices destinadas aos “desvalidos da sorte” e instalou 19 unidades escolares nas unidades da Federação. O surgimento da modalidade de ensino de aprendizes artífices e agrícola foi um passo significativo no redirecionamento da educação profissional no país ao passar a atender as necessidades emergenciais de mão de obra nas áreas da agricultura e da indústria, diante do surgimento da configuração de um novo modelo econômico, a partir das décadas de 1930 e 1940, diferenciando-se do perfil agrário, predominante desde a época colonial.

Figura 1. Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices.

ESTADOS	Data da instalação	Matrícula	Frequência média	Coefficiente da frequência
Amazonas.....	1 de Outubro de 1910.....	70	40	57.1 %
Pard.....	1 ª Agosto ª ª	95	74	77.8 %
Maranhão.....	16 ª Janeiro ª ª	104	67	64.4 %
Piauí.....	1 ª ª ª ª	83	46	55.4 %
Ceará.....	24 ª Maio ª ª	82	72	87.8 %
Rio Grande do Norte.....	1 ª Janeiro ª ª	83	58	69.8 %
Parahyba.....	5 ª ª ª ª	134	102	76.1 %
Pernambuco.....	16 ª Fevereiro ª ª	125	75	60.0 %
Alagoas.....	21 ª Janeiro ª ª	151	94	62.2 %
Sergipe.....	1 ª Maio ª 1911.....	120	75	62.5 %
Bahia.....	2 ª Junho ª 1910.....	68	52	76.4 %
Espirito Santo.....	24 ª Fevereiro ª ª	166	95	57.2 %
Rio de Janeiro.....	23 ª Janeiro ª ª	273	182	66.6 %
S. Paulo.....	24 ª Junho ª ª	120	105	87.5 %
Paraná.....	16 ª Janeiro ª ª	293	191	65.1 %
Santa Catharina.....	1 ª Setembro ª ª	130	98	75.3 %
Minas Geraes.....	8 ª ª ª ª	60	52	86.6 %
Goyaz.....	1 ª Janeiro ª ª	68	49	72.0 %
Matto Grosso.....	ª ª ª ª	84	58	69.0 %

Fonte: Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Anos 1910/1911

Segundo Manfredi (2002), nessa ocasião, as escolas ficaram sob a subordinação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e permaneceram até 1930, quando passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e foram transformadas de escolas de aprendizes artífices para liceus industriais.

São essas instituições de ensino que, mais tarde, se consolidam no projeto de educação profissional e tecnológica no âmbito da Rede Federal de Educação. No entanto, apesar da acentuação desse componente social, Kuenzer (2001) alerta para um fato naquele momento.

Antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva realizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 2001, p. 27).

A formação para o trabalho e a dualidade estrutural

Na década de 1930, a educação profissional passa a ser tratada como política pública no Brasil e, sendo um espaço de negociação, é disputada por diversas frações de classes sociais e não mais os chamados “desvalidos da sorte” (SOUZA, 2011, p.69).

Neste contexto, a Educação Profissional foi fortemente marcada pelas constantes reformas, com legislações que interferiram em suas atividades. A primeira delas, por intermédio da Lei nº 378, de 1937, que prevê a mudança na denominação das Escolas de Aprendizizes e Artífices para Liceus de Ensino Profissional

Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem nas áreas industrial, comercial e técnica junto com a publicação do Decreto-Lei nº 4073/42, que contemplava o ensino industrial e do Decreto-Lei nº 9613/46 que tratava do ensino agrícola (MEC, 2019), os chamados liceus passaram a ser denominados, em 1942 de Escolas Industriais e Técnicas. Estas, mais tarde passaram a ser nomeadas de Escolas Técnicas Federais, a partir de 1959, conforme apresenta o documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC (2019).

A partir da colaboração de agências de financiamento norte-americanas como, a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional) e a Aliança para o Progresso, o ensino técnico industrial foi organizado pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) em acordo firmado entre os dois países em 1946 com o objetivo de gerar o fornecimento de equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às escolas brasileiras. A ação teve um efeito na formulação na dualidade estrutural, mediante a marca do ensino e da preparação para o mundo do trabalho, efetivada pela promulgação da Lei nº 4024/1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Já em 1971, durante o período da ditadura civil-militar, é sancionada a Lei nº 5.692/71 que torna obrigatório o ensino técnico profissional para todos no âmbito do ensino secundário, hoje denominado, ensino médio (MEC, 2019).

Para Ciavatta (2014):

na ditadura militar há a reforma pela Lei nº 5692/71 que é um retrocesso e uma ilusão a população de que todos serão iguais, pois todos irão cursar o ensino profissional, o que, de fato, não ocorreu, porque a profissionalização, posteriormente, tornou-se opcional pois não houve investimento em infraestrutura. (CIAVATTA, 2014).

Uma nova mudança de configuração no ensino técnico ocorreu em 1978. Por meio da Lei nº 6545/78, algumas escolas técnicas federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), processo que se intensificou em 1994 com a publicação da Lei nº 8.948/94, estabelecendo que as escolas técnicas federais, paulatinamente, tornar-se-iam Cefets.

Em 1996, com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, um novo debate reacendeu-se a respeito do ensino profissional. Conforme afirma Ciavatta (2014, p. 60), “havia um movimento contra-hegemônico de instalar na educação brasileira a educação politécnica”. No entanto, quando da finalização da LDB, a educação profissional e tecnológica sofreu mais um revés com a publicação do Decreto nº 2208/97 que inviabilizou a formação politécnica, a partir da concepção de ensino médio integrado, separando a formação específica da formação geral. Somente com a revogação desse decreto em 2004, pesquisadores educacionais registraram um passo adiante na trajetória da Educação Profissional e Tecnológica rumo ao ensino integrado, a partir da publicação do Decreto nº 5154/04.

Ensino agrícola e a fixação do homem no campo

O espaço agrário foi se modificando na primeira metade do século XX o que proporcionou a abertura de outras portas, conforme Martins (1997), para a denominada frente pioneira compreendida como aquela que exprime um movimento social, cujo resultado é a incorporação de novas regiões na economia de mercado. A ocupação dos espaços vazios demográficos e despovoados fez surgir a chamada “frente pioneira”, resultante da expansão do capitalismo em formas de relações sociais no espaço rural que passou ao controle de uma economia mercantilista que gerava valor monetário à terra.

A interferência estatal por meio da formação/educação junto à agricultura brasileira teve origem após a abolição da escravidão, período que marcou o processo de construção do capitalismo no Bra-

sil que redefiniu as formas de trabalho ao tempo em que se formou uma aliança entre os grandes proprietários rurais e o Estado. A atuação estatal na modalidade de educação agrícola remonta à Primeira República com a constituição de uma política de ensino agrícola resultante de práticas de escolarização de mão de obra no campo, mediante aos mais variados mecanismos sempre marcados pelo autoritarismo inerente à construção do mercado do trabalho no país. Para Romanelli (2005), desde o Brasil-Colonial, trabalho e educação estiveram, intrinsecamente, a serviço do modelo econômico agrário-exportador e dependente. A educação prestada ao trabalhador ou nativo tinha características diferentes daquelas ofertadas aos filhos da classe dirigente.

O ensino agrícola no Brasil faz parte de um projeto alternativo das oligarquias influenciadas pelo industrialismo e por ideias agrárias surgidas em meados do século XX. Incluídas no decreto assinado pelo presidente Nilo Peçanha, as escolas, no início, estavam sob o vínculo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Para Carvalho (2001) “a conjuntura econômica na qual foram implementados o Ministério da Agricultura e a rede de escolas profissionais federais a ele subordinadas vivia em um movimento de recuperação dos investimentos na indústria e de crescimento lento, porém seguro, do PIB Nacional”.

A primeira regulamentação oficial sobre o ensino agrícola (Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910) que criou o ensino agropecuário deu forma legal e disciplinada à educação agrícola.

A “intervenção pedagógica” na estrutura fundiária e no ritmo da produção mercantil fixava o homem no campo e evitava sua fuga para o meio urbano. Mendonça (2006) afirma que o homem do cam-

po era definido como marginal à nação, identificado como mulatos, negros derivados da escravidão e que foram transformados em trabalhadores, por intermédio de práticas educacionais “qualificadoras” de mão de obra, fortemente autoritárias e baseadas em iniciativas imobilizadoras do êxodo rural. Essa fixação, imposta pelo Estado, foi materializada por meio das escolas agrícolas, responsáveis pela preparação desses trabalhadores, conforme cita a autora.

A partir da Reforma Capanema surge a Lei do Ensino Agrícola, contudo, em atraso se comparada à lei do ensino industrial. O Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 estabelecia que:

Art. 2º O ensino agrícola deverá atender: I – Aos interesses dos que trabalham nos serviços e mistérios da vida rural, promovendo sua preparação técnica e sua formação humana. II – Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra. III – Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. Art.3º O ensino agrícola, no que respeite, especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes: I. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas. II. Dar aos trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade. III – Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946).

A expansão do modo de produção capitalista no Brasil resultou em modificações na estrutura agrária no momento em que as pro-

priedades agrícolas passaram a adotar a exploração pecuária, apesar do reduzido número de trabalhadores, inaugurando, deste modo, um novo tipo de atividade.

Para Mendonça (2006, p,9), os estabelecimentos agrícolas deixaram de ser instituições rotuladas de semiprisionais, adquirindo uma dimensão, efetivamente profissionalizante, centrada no tecnicismo “qualificador” da mão de obra. Por outro lado, a propalada preocupação com o fim do analfabetismo não foi contemplada com o destaque necessário.

A Teoria do Capital Humano, por meio da qual um grau de educação e de qualificação é tomada como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas que funcionam como mobilizador da capacidade de trabalho e produção, passou a ser considerada como ideal para promover o desenvolvimento social e econômico. Segundo Frigotto (1995), o modelo já estava presente na escola clássica liberal. Essa teoria influenciou a concepção, a política e as práticas educativas no Brasil, durante a Ditadura Militar com um discurso que apoiava as classes menos favorecidas, principalmente em um momento em que a crise econômica, política e de legitimidade abalava e esgotava o Regime Militar.

Nas décadas de 60 e 70 adota-se no Brasil, o modelo “escola-fazenda”, ainda hoje orientando a prática pedagógica de muitas das Escolas Agrotécnicas. Esse modelo escola-fazenda, baseado no princípio do “aprender a fazer fazendo”, estava voltado para um sistema de produção agrícola baseado na grande produção. A ação das instituições referidas se constituía favorável aos interesses econômicos e financeiros hegemônicos, em escala internacional (SETEC, 2009).

O Decreto nº 83.935/1979 pelo qual as escolas agrícolas se transformaram em Escolas Agrotécnicas Federais, acompanhadas do nome do município onde estavam localizadas tornou latente a ação de formar as classes menos favorecidas para atender ao setor produtivo. Uma outra legislação, o Decreto nº 93613, de 21 de novembro de 1986, extinguiu a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (Coagri) e, deste modo, o ensino agrotécnico de segundo grau ficou subordinado à então Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG) que, anos depois, passou a ser denominada de Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec) e a partir de 2009 passou a se chamar Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Ao ser administrado pela Semtec junto com outras modalidades de ensino técnico, o ensino agrícola distingue-se dos demais, no documento da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete) denominado “Diretrizes de Funcionamento das Escolas Agrotécnicas e, assim o ensino técnico agrícola despertou a atenção do empresariado com sua proposta liberal, a partir do princípio de que a escola técnica poderia se transformar em agente qualificador de mão de obra.

A sanção da Lei nº 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996 e a edição do Decreto nº 2.208/1997 separam o ensino médio e a educação profissional e tecnológica, criando duas vertentes, sendo uma voltada para o ensino propedêutico e outra para o ensino profissionalizante, por meio dos cursos subsequentes, posteriores ao ensino médio, esses com currículos flexíveis e que objetivavam facilitar a adaptação da formação para o mercado de trabalho, conforme documento (BRASIL, 1997).

Sob essas novas configurações, a Setec constituiu um Grupo de Trabalho do Ensino Agrícola, a partir do documento *Contribuição*

à Construção de Políticas da Rede Federal de Educação, vinculada à Setec/MEC que propunha repensar o ensino agrícola. O resultado foi a construção de um documento deliberado no Seminário Nacional sobre a (Re) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica², de abril de 2009, quando se constatou que a modalidade de ensino técnico agrícola ainda tinha, como base, a metodologia implantada pelo então Coagri.

Foi a partir desses seminários que as escolas agrotécnicas federais começaram a ser aglutinadas na atual Rede Federal de Educação Tecnológica que já incluíam os centros federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II. A proposta de integração, de início, encontrou resistência na comunidade interna do ensino agrícola, notadamente, nos grupos de investigação do campo educação e trabalho, nas escolas técnicas e nos Cefets, por falta de melhor esclarecimento sobre o projeto de lei de formação da rede federal que, para o entendimento dos pesquisadores da educação profissional, perpetuava a divisão da escola profissionalizante para os pobres e a propedêutica para os ricos.

Campi Maceió e Satuba: história e vozes do passado resgatadas do silêncio

Educação profissional e tecnológica em Alagoas

O ensino industrial e o ensino agrícola trilharam os mesmos caminhos no que tange à configuração da educação profissional em Alagoas. O objetivo das duas unidades escolares, no princípio, era o mesmo: atender, com uma arte ou ofício, os filhos dos desfavorecidos de fortuna ou também chamados de “desvalidos da sorte”. Contudo, enquanto o perfil urbano era destinado à oferta de um preparo técnico e intelectual para atender à elite empresarial e promover um reordenamento social das cidades. O agravamento social, provocado pela falta de atividades econômicas, fragmentou famílias e promoveu a inserção de adolescentes entre 10 a 13 anos nas escolas agrícolas, cujo regime de ensino era visto como semiprisional.

Breve histórico do Campus Maceió

A Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas foi instalada em 10 de janeiro de 1910 e o primeiro diretor foi Miguel Guedes Nogueira, indicado pelo governador Euclides Vieira Malta. As atividades de montagem começaram em dezembro de 1909, porque foi preciso reformar o prédio cedido pelo Governo do Estado e localizado na rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, hoje rua Boa Vista,

no centro da capital alagoana, cujo imóvel, é ocupado pela Lojas Gaivota no período da publicação deste livro (2025)..

Segundo Bonan (2010), em Alagoas, a indústria era de fato incipiente. “Na época em que foi instalada, em Maceió, a Escola de Aprendizes Artífices, não havia parque fabril que justificasse a preparação de mão de obra qualificada, contando o estado com indústrias esparsas e, em sua maioria, mais agrárias do que, efetivamente industriais”, afirma a pesquisadora.

O primeiro prédio da Escola de Aprendizes Artífices era composto por três blocos contínuos, além da parte superior, onde se localizava a Intendência que também foi colocada à disposição do diretor, mas rejeitada, porque o desembolso seria de 22.000\$000 (vinte e dois mil contos de réis) em moeda da época, para colocá-la em uso, segundo relata Bonan (2010, p.37). A escola, conforme mostra a Figura 2, foi inaugurada em 21 de janeiro de 1910, depois de passar por uma série de adaptações na estrutura física para acomodar os alunos.

No entanto, durante uma visita do governador Eu-

Figura 2 Primeiro prédio da Escola de Aprendizes e Artífices



Fonte: Coleção Nilo Peçanha - Museu da República (1910)

clides Malta ao prédio, meses depois da inauguração, observou-se a necessidade de a escola ter uma estrutura maior, que oferecesse melhores acomodações e abrigasse maior quantidade de alunos. Depois de oito meses funcionando no Centro de Maceió, a nova sede passou a funcionar na praça Sinimbu, no Centro de Maceió, ocupando uma área de 2.054 metros quadrados. No prédio já haviam funcionado o Liceu de Artes e Ofícios, o quartel do Batalhão Policial e da Força de Segurança e o Fórum de Maceió. A transferência ocorreu no final de outubro de 1910. O pátio central era destinado aos recreios, exercícios militares, ginástica e jogos esportivos. A edificação, como mostra a Figura 3, era dividida em quatro seções, sendo duas laterais, uma de frente e outra de fundo, sendo composta das seguintes dependências: salas de estudos, museu escolar, campos de manobras (treinamentos), sala de honra (reuniões de caráter científico e cultural), gabinete de identificação (armazenamento de dados dos alunos), galeria de homens ilustres, sala das armas (arsenal do Batalhão Militar).

Figura - 3. Segundo prédio da Escola de Aprendizes e Artífices – Praça Sinimbú



Fonte: Coleção Nilo Peçanha- Museu da República (1910)

O que se torna perceptível durante a investigação e nas imagens apresentadas é o uso de indumentária e equipamentos militares pelos primeiros alunos da Escola de Aprendizizes e Artífices de Macaió, como mostra a Figura 4. Segundo Souza (2000) “a disciplina de Educação Moral e Cívica, além de prescritas para serem ensinadas no curso primário, também eram incorporadas às práticas escolares da instituição o que resultava numa espécie de militarização da infância pobre”.

Figura 4. Primeira Lição de ginástica militar



Fonte: Coleção Nilo Peçanha- Museu da República (1910)

Ademais, no segundo prédio da unidade de ensino funcionou um Batalhão Militar e ainda havia um museu de armas no prédio, o que facilitou a identificação do alunado com os preceitos militaristas como forma de estimular o nacionalismo da educação, principalmen-

te, no ensino profissional primário, a partir de um modelo dos ideais republicanos em voga, com ênfase para celebração de datas cívicas, um pensamento dos representantes da classe dominante que geriam a escola como predomínio da mentalidade liberal e positivista. Vale salientar que esta didática, aliada ao militarismo, persistiu até o final do Regime Militar, em 1985 com mais conotação no Colégio Agrícola Floriano Peixoto (Campus Satuba).

De acordo com Bonan (2010, p.18) “segundo dados pesquisados, há relatos do primeiro diretor de que os aprendizes apresentavam-se à instituição cheios de piolhos e sarnas”, o que desencadeou uma campanha sobre noções de higiene com cartazes impressos em todas as dependências da escola sobre higiene do corpo. Os professores também foram orientados a fazer referências sobre asseio no decorrer das aulas. Maceió do início do século 20 ainda era uma cidade em formação e, fora os bairros mais distantes como, Bebedouro e Fernão Velho, os demais surgiam em torno do cais do porto, em Jaraguá. Segundo Craveiros Costa (1902) “nada é mais prejudicial à existência da população do que o armazenamento de nossas excreções lançadas a esmo no terreno”. Muitas residências tinham seus poços de água de beber e cozinhar ao lado das fossas. Não havia serviços de esgoto, tampouco de remoção de lixo, situação que resultava em doenças contagiosas, principalmente nas crianças.

Para que a escola fosse adaptada aos padrões do ensino ar-tífice foi empregado um capital em máquinas, ferramentas e mobiliário equivalente a R\$25.213\$865 (vinte e cinco contos, duzentos e treze, oitocentos e sessenta e cinco réis). Entre esses equipamentos, estava grande parte das máquinas adquiridas na Inglaterra por inter-médio da Casa Leão & Cia, sem custos de importação.

Quadro 1 - Primeiras oficinas da Escola de Aprendizes Artífices

1ª oficina	Sapataria
2ª oficina	Marcenaria
3ª Oficina	Carpintaria
4ª Oficina	Funilaria
5ª Oficina	Ferraria e Serralheria

Elaborado pelo autor (julho,2022). Fonte relatório da escola de 1911

Após a estrutura da escola, foi a vez da formação dos recursos humanos, composto pelos servidores pioneiros, os quais foram os relacionados no Quadro 2.

Quadro 2 - Primeiros servidores da Escola de Aprendizes Artífices em 1909

Francisco Pedro de Almeida	Escriturário	07/12/1909
José Oscar de Oliveira	Porteiro contínuo	07/12/1909
Manoel C. de Santana	Marceneiro	07/12/1909
José Vicente Tatá	Funileiro	07/12/1909
Luis Benevides D'Arce	Sapateiro	07/12/1909
Antonio da S. Duarte	Carpinteiro	07/12/1909
João Marques da Silva	Ferreiro e Serralheiro	07/12/1909
Alice Calheiros de Melo	Professora primária	16/12/1909

Como é exposto no Quadro 2, a primeira professora foi Alice Calheiros de Melo. A composição do quadro de servidores da época, prevista em lei, era padronizada para todas as escolas de aprendizes artífices do país, conforme descreve Bonan (2010, p. 45). Era um diretor, um escriturário, um professor do curso primário, um professor de desenho, um mestre para cada oficina, um porteiro almoxarife e dois serventes, como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Remuneração dos primeiros funcionários

Tabela a que se refere o art. 44 deste regulamento

Categoria	Ordenando	Gratificação	Total
Director	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Escriptuario	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor primario	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor de desenho . . .	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Mestre de officina	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Porteiro-almoxarife . . .	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Adjunto de professor . . .	—	2:400\$000	2:400\$000
Contra mestre de officina	—	2:400\$000	2:400\$000
Servente (salario mensal)	100\$000	—	1:200\$000

OBSERVAÇÕES — Pelos serviços dos cursos nocturnos de aperfeiçoamento serão abonadas ao pessoal das escolas de aprendizes artífices as seguintes gratificações annuaes:

Director	1:800\$000
Escriptuario	1:200\$000
Professor	1:200\$000
Adjunto de professor	960\$000
Porteiro-almoxarife	960\$000
Servente	600\$000

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1918.— J. G. Pereira Lima.

Fonte: Relatório de Miguel Guedes Nogueira - 1910

O quantitativo de alunos matriculados na primeira turma, formada por alagoanos ocorreu de acordo com o Quadro 3.

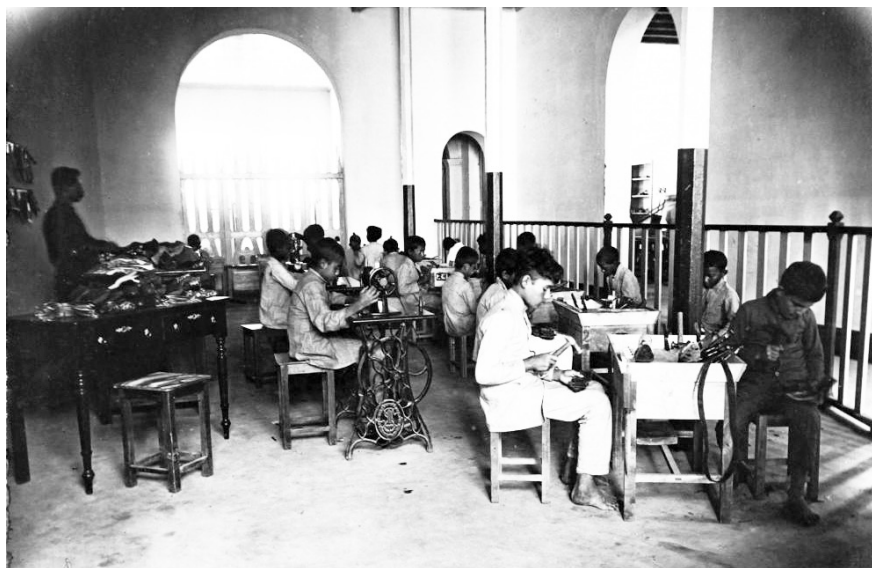
Quadro 3 – Matrículas da primeira turma por officio	
OFICINAS	ALUNOS
Aprendiz de marceneiro	15
Aprendiz de sapateiro	23
Aprendiz de serralheiro	27
Aprendiz de carpinteiro	12
Aprendiz de funileiro	16
TOTAL	93

Elaborado pelo autor (julho,2022): Fonte: relatório da escola de 1911

O início das aulas ocorreu em maio de 1910 e do total dos 93 alunos matriculados, 60 frequentaram a escola, o que fez com que o

diretor prorrogasse as matrículas até 30 de abril daquele ano. Estavam aptos a ingressar na Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, adolescentes na faixa entre 10 a 15 anos, sendo a matrícula feita pelos pais ou responsável de forma verbal. Segundo relatório do diretor Miguel Guedes Nogueira, enviado ao Ministério da Agricultura em 1910, 385 correspondências foram emitidas pela diretora para atingir o público-estudante da Escola de Aprendizes Artífices, além de 2.500 impressos distribuídos entre a população alagoana.

Figura 6 - Lição de pesponto nas aulas do curso de Sapataria



Fonte: Coleção Nilo Peçanha - Museu da República (1910).

Quanto à cor da pele dos alunos classificados, dados do Relatório de 1911 da escola apontam que 25 eram brancos, 22 negros e 46 trigueiros-mestiços. Houve uma baixa frequência nas primeiras aulas e o motivo, segundo dados apresentados em relatório escolar de 1911, era o fato de os pais dos menores não serem alfabetizados,

o abandono do trabalho por parte dos adolescentes por causa do horário escolar e ainda a falta de condições dos pais em comprar roupas e calçados para que os filhos frequentassem a escola.

Em regra os menores matriculados na escola, em 1910, eram analfabetos. De acordo com o relatório do diretor no curso primário e de desenho, “alguns que tem princípios de primeiras letras, muito mal sabem assignar o nome; de modo que a maioria frequenta o curso elementar e uma pequena parte o curso complementar. No intuito de facilitar a organização do ensino”(NOGUEIRA, 1910, pg. 7).

Figura 7 - Primeiras noções de desenho linear

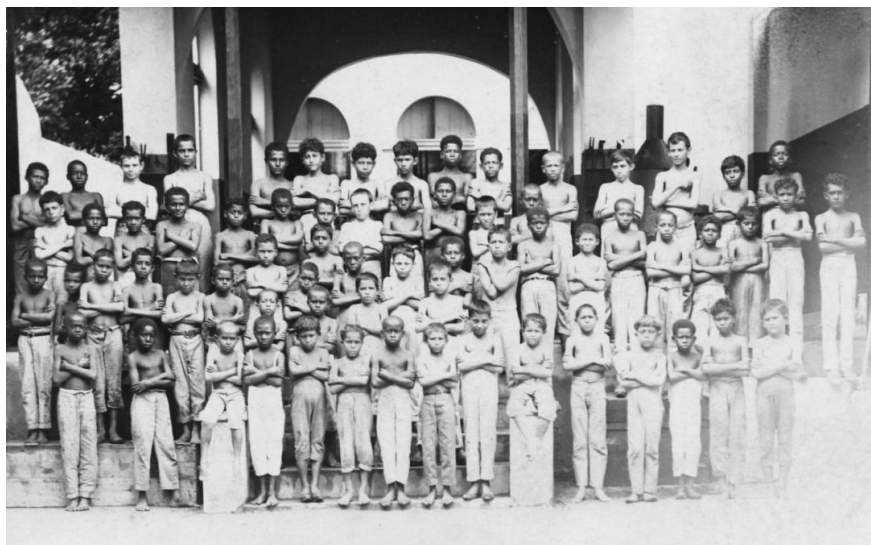


Fonte: Coleção Nilo Peçanha - Museu da República (1910)

A alta evasão fez com que o diretor Miguel Guedes Nogueira autorizasse a compra de 100 uniformes ao estilo militar para a prática de ginástica, exercício militar e para ocasiões especiais. Os exer-

cícios militares eram comandados pelo capitão Antônio Bitencourt Leite, da Companhia Isolada da Guarnição da 6ª Região Militar, e a utilização das atividades físicas, como disciplina, visavam mais uma preocupação com segurança pública do que o bem-estar dos alunos. Uma dessas atividades era a ginástica sueca, conforme mostra a Figura 6. Ocorre que o país vivia constantes convulsões sociais por falta de credibilidade da população para com a República. Além disso, os direitos sociais não se faziam valer no país, o que gerava fortes reações, principalmente das entidades sindicais, por falta de regulamentação trabalhista. Portanto, o governo aposta na preparação militar desses adolescentes como reação a qualquer tipo de insurreição.

Figura 8 - Aprendizes durante a ginástica sueca



Fonte: Coleção Nilo Peçanha- Museu da República (1910)

Outro motivo de preocupação da primeira diretoria da Escola de Aprendizes e Artífices, além do baixo nível de escolaridade dos

alunos, era a falta de conhecimento teórico dos mestres. Para Montojos (1949;15) “a escolha desses profissionais não obedeceu a outro critério, senão o do empenho político e os cargos de mestres foram preenchidos por esse sistema”.

No livro comemorativo aos cem anos do Campus Maceió, Bonan (2010) menciona que esses mestres vinham das fábricas e oficinas sem boa base teórica. A autora cita dizeres de uma ficha funcional desses mestres: “o funcionário a que se prende esta ficha é honesto e trabalhador; tem experiência na prática do ofício, mas sacrifica a técnica racional pela falta de conhecimentos teóricos para bem conduzir o ensino. Não tem nenhuma prática de desenho industrial (...)”.

Ainda conforme o relatório do diretor Miguel Guedes Nogueira, foram contratados, por um ano, para dirigir as oficinas da escola os seguintes mestres citados no Quadro 4.

Quadro 4 – Relação dos mestres contratados

Mestre	Oficina
Manoel Cyrino de Sant’ Anna	Marcenaria
João Marques da Silva Barros	Serralharia
Antonio da Silva Duarte	Alfaiataria
José Vicente Tatá	
Luiz Benevides d’Arce	Sapataria

Fonte: Relatório do diretor Miguel Guedes Nogueira - 1910.

O mestre Antônio da Silva Duarte, por motivo de moléstia foi exonerado, a pedido, em data de 19 de Setembro de 1910, sendo substituído pelo mestre Virgílio Thiago da Silva Barros. O mestre João Marques da Silva, também por motivo de moléstia, acha-se licenciado sendo substituído pelo mestre Manoel Machado, durante seu impedimento.(NOGUEIRA, 1910).

Entre os poucos mestres contratados pela escola e com experiência esteve o pintor alagoano Rosalvo Ribeiro que estudou na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Ao concluir, foi aluno da Escola de Belas Artes de Paris e, é considerado um dos nomes ilustres da pintura alagoana, com quadros expostos no Palácio do Governo de Alagoas.

Não demorou muito, depois da inauguração da Escola de Aprendizes e Artífices, para que houvesse ingerência política na instituição. Em 18 de setembro de 1911, o diretor Miguel Guedes Nogueira foi desligado da instituição, por articulação do governador Euclides Malta, que nomeou para o cargo Joaquim de Andrade, irmão de Aristeu de Andrade, deputado federal por Alagoas. A saída de Nogueira repercutiu mal na imprensa alagoana e Malta, preocupado com a baixa popularidade do governo junto aos alagoanos, decidiu nomeá-lo como diretor do Aprendizado Agrícola de Satuba.

Joaquim Andrade teve também como um dos problemas de gestão, a evasão escolar e chegou a enviar um ofício ao Ministério da Agricultura, órgão a que as escolas de educação profissional estavam vinculadas, relatando o problema. O conturbado clima político contribuiu para a falta de alunos na sala de aula. Em 1912, foram matriculados 194 alunos no primeiro ano e um dos motivos, alegado pela direção, para a baixa adesão fora a agitação social contra o governador Euclides Malta que resultou em protestos pelas ruas de Maceió e culminou em mortes e pessoas feridas. Quatro pessoas foram vítimas fatais dos protestos violentos, entre elas, o advogado Bráulio Cavalcante e o tenente Brayner.

A tragédia resultou em ataques da população ao Palácio dos Martírios e teve, como consequência, a fuga do governador da sede palaciana. Vale registrar que, nesse mesmo ano, foram afastados da escola 36 meninos, dentre os 194 matriculados. Conforme a legislação do período: “Art. 30º – Paragrapho único. Será eliminado o aluno que der 30 faltas não justificadas” (BRASIL, Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911).

Contudo, não apenas, os conflitos políticos provocaram a evasão social na Escola de Aprendizes e Artífices, mas também a condição social dos alunos e a intensa rotina de trabalho dos estudantes durante a atividade letiva da unidade de ensino.

A influência da convulsão social em Alagoas na escola

Euclides Vieira Malta nasceu em Mata Grande (AL), município do alto sertão alagoano, no dia 16 de setembro de 1861, filho de Manuel Francisco Malta e de Maria Vieira Malta. Seu irmão Joaquim Paulo Vieira Malta foi presidente da Província de Alagoas, de 1903 a 1905 e senador de 1907 a 1911.

Segundo Rafael (2004), Euclides Malta foi eleito três vezes governador do Estado e, em uma delas rompeu, politicamente com o sogro Manuel Gomes Ribeiro, o Barão de Traipu e indicou o irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta como sucessor, fato que causou uma forte oposição a Euclides Malta que transpôs os limites do Estado e alcançou a Capital Federal, à época o Rio de Janeiro. As oligarquias, aliadas ao coronelismo político, servidores públicos e, principalmente militares, formaram bandos armados. Parte desse batalhão de homens era constituída por detentos

que, vez por outra, sobretudo na Semana Santa, o governador do Estado, usando das prerrogativas que o seu cargo lhe conferia, perdoava o resto da pena a que foram condenados. Malta, por sua vez, era cercado por milícias que lhe davam um aparato de segurança suficiente para se manter resistente. E, foi desta forma que o governador mandou empastelar o jornal *Correio de Alagoas*, veículo de comunicaçãopositor.

Um dos mais opositores de Euclides Malta era o general Clodoaldo da Fonseca, filho do primeiro governador republicano Pedro Paulino e sobrinho do presidente da República, eleito, na ocasião, o gaúcho Hermes da Fonseca. Outro opositor ferrenho foi o líder político Fernandes Lima. Por intermédio deste último, a chamada liga oposicionista espalhou o terror em Maceió ao invadir casas de aliados do governo e expulsá-los, ao ponto de o governador fugir para Pernambuco, só retornando depois, com reforço na segurança. Nesse retorno, em 10 de março de 1911, os conflitos se ampliaram. Comerciantes fecharam seus estabelecimentos e as escolas, como a dos Aprendizes e Artífices não funcionaram. À tarde, uma massa popular tentou invadir o Palácio dos Martírios para expulsar, novamente, o governador que dispunha de reforço na segurança com a tropa federal. A manifestação gerou uma troca de tiros, vários feridos, entre eles, o Tenente Brayner, nomeado por Euclides Malta para o cargo de secretário do Interior e que viria a falecer dias depois. Morreram ainda, o major Jatobá e o auxiliar de comércio João Carlos de Albuquerque, este último transitava pela área de conflito. Contudo, causou maior comoção entre os manifestantes, a morte do poeta e orador Bráulio Cavalcante, jovem liderança oposicionista de Alagoas, que dias antes, havia chegado

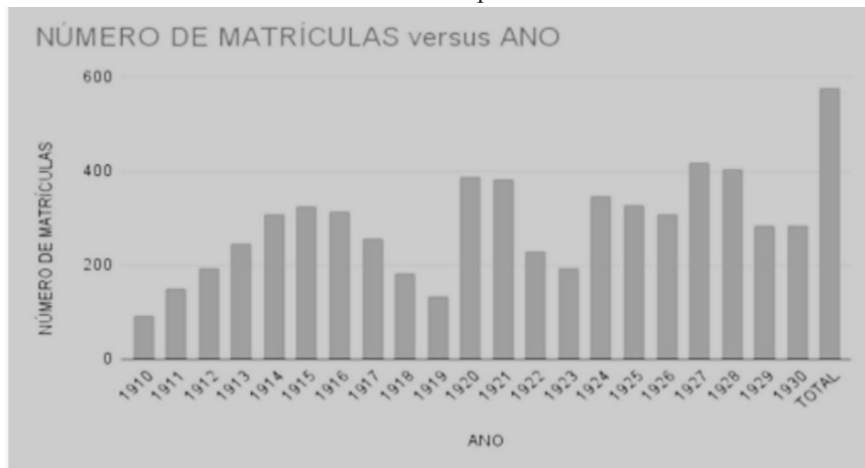
a Maceió após ter concluído o bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade do Recife e cujo funeral foi acompanhado por cerca de 8 mil pessoas, transformando-se num grande ato de protesto. Esses episódios violentos e sangrentos duraram quase uma década, sendo uma das causas da evasão escolar na Escola de Aprendizes e Artífices, conforme avaliou, na ocasião, a gestão do diretor Joaquim Andrade.

A saída de Euclides Malta do governo do Estado não alterou a influência política na escola e, naquela ocasião, Clodoaldo Fonseca assumiu o Poder Executivo, terminou com os todos os tumultos e promoveu a substituição de Joaquim Andrade do cargo de diretor da Escola de Aprendizes e Artífices, por ser o gestor, irmão de um deputado federal de oposição ao governo do Estado.

De acordo com o Blog História de Alagoas, em 20 de dezembro de 1913, o diretor Joaquim Goulart de Andrade divulgou a relação das oficinas da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (EAA-AL): Alfaiataria; Sapataria; Funilaria, Latoaria e Bombearia; Ferraria e Serralheria e Marcenaria. Nesse período os alunos eram remunerados. Os dos 1º e 2º ano tinham diária de 100 e 200 réis. Os dos 3º e 4º ano, 600 e 800 réis. Os recursos arrecadados pela instituição eram administrados por uma Sociedade Cooperativa e de Mutualidade dos pequenos artífices.

Números apresentados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio revelavam que durante um certo período foi crescente os números dos matriculados, a exemplo dos que se inscreveram para os cursos primário e de desenho entre 1910 a 1925, conforme representa o Gráfico. 1

Gráfico 1: Número de matrículas nos cursos primário e de desenho de 1910 a 1930



Elaborado pelo autor,

Desde 1914 que o mundo encarava a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e encurralou o Brasil para um processo de industrialização sob o controle do capital estrangeiro. E, as escolas de aprendizes artífices serviram como espaços de formação de mão de obra para atender a essa demanda especializada e conter a massa proletária infanto-juvenil ociosa. No entanto, não havia recursos disponíveis para esses espaços formativos da educação profissional, tampouco formação pedagógica para preparar os alunos no atendimento ao mercado de trabalho.

Deste modo, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio formou uma comissão com o objetivo de remodelar o ensino profissional para dotar as escolas de pessoal técnico habilitado, selecionado por concursos públicos; aparelhar as oficinas com material necessário; construir prédios adequados, instituir a merenda escolar (Figura 7) e atender a Portaria Ministerial de 26 de setembro de 1922 sobre editar livros e manuais e identificar a produção de renda na

escola. Este último ponto favoreceu o aluno que passou a receber uma diária para seu sustento e da sua família e diante da experiência com a escola-oficina se adaptou ao ambiente de trabalho ao sair da unidade de ensino.

Figura 9. Espaço de preparação da merenda escolar



Autor: desconhecido. Ano: 1922. Acervo: Ifal

Os estudantes começaram a se projetar em feiras e exposições, sendo uma delas, conforme cita Bonan (2010, p.61) a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, em 1922.

Com a finalidade de complementar os conhecimentos técnicos dos operários, o governo federal instituiu o Decreto nº 13. 046, de 12 de junho de 1918.

Art. 43º – Haverá em cada escola dois cursos noturnos de aperfeiçoamento, primário e de desenho,

destinados principalmente a ministrar aos operários conhecimentos que concorram para torná-los mais aptos nos seus ofícios (BRASIL, Decreto nº 13.046, de 12 de junho de 1918).

No entanto, a procura era aquém da esperada pela escola, sendo esta uma das dificuldades de os docentes, a maioria do sexo feminino terem de conviver. Ocorre que desde a sua fundação, a Escola de Aprendizes e Artífices teriam que lidar com a profissionalização da criança como prioridade da elite, mediante o início da industrialização no país. Segundo Almeida (2006, p. 104), “no plano educacional, o século XX ofereceu maiores oportunidades educacionais para meninas e moças”. Porém, Soares afirma que:

{...} tais oportunidades não advirão necessariamente do imaginário social criado pelos liberais que difundiram a crença de que, assim como a escola seria capaz de regenerar a sociedade, também a mulher era vocacionada à guiar a infância e moralizar os seus hábitos indesejáveis (SOARES, 2006).

No âmbito interno, o diretor Joaquim Andrade era criticado por servidores por prática de nepotismo ao nomear o sobrinho Manoel Pinheiro Goulart que já ocupava o cargo de escriturário por indicação do tio, como diretor interino. Houve uma campanha para a volta de Miguel Guedes Nogueira que reassumiu a instituição de ensino. Nogueira ainda se afastou da direção por mais duas vezes; em 1930 para ficar à disposição da Interventoria Federal do Estado de Alagoas, deixando no posto principal da escola, Manoel Goulart e, em 1933 também pelo mesmo motivo. Em 1937, Miguel Guedes foi

aposentado compulsoriamente e em seu posto assumiu o engenheiro Manoel Viana Vasconcelos.

Liceu industrial de Alagoas

A denominação Liceu Industrial de Alagoas decorreu da publicação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 pela qual o governo federal desligou as escolas de aprendizes artífices do Ministério da Agricultura e as integrou ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, posteriormente, Ministério da Educação e Cultura (MEC), por força da reforma promovida por Gustavo Capanema, o primeiro ministro do MEC. Essas unidades de ensino foram transferidas para a Divisão de Escola Industrial. A transformação foi motivada pela evolução das indústrias no país que, conseqüentemente, exigiam do trabalhador conhecimentos especializados, do primário ao nível superior.

Sobre o ensino industrial em Alagoas, vale destacar que, assim como o aprendizado agrícola, a educação destinada a prover mão de obra para os empreendimentos urbanos também teve denominação modificada, a partir do Estado Novo e, em 1937, as escolas de aprendizes artífices passaram a ser chamadas por Liceus de Artes e Ofícios, abrindo a expansão dos cursos para a fundação de institutos profissionais dos estados e municípios, bem como para as associações particulares, conforme cita a Constituição promulgada naquela época:

O ensino pré-vocacional e profissional destinados às classes menos favorecidas é uma matéria de educação e primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando

institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos, as associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criarem na esfera de suas especialidades, escolas de aprendizes destinadas aos filhos dos seus associados. (MEC, 2009, p. 4).

Com um perfil de ensino voltado para subsidiar a indústria com mão de obra, os “desvalidos da sorte” ou os “desfavorecidos de fortuna” deixaram de ser o perfil do aprendizado e os filhos da classe média foram inseridos nas instituições de ensino profissional sob os auspícios dos padrinhos políticos.

Um dos remanescentes desta época foi o senhor Abel do Divino Espírito Santo. Em um texto, publicado no portal do Ifal, em 29 de setembro de 2005, durante comemorações dos 106 anos do Campus Maceió, em uma retrospectiva da vida, contada naquela ocasião, o senhor Abel, citado na Figura 8, então com 90 anos, lembrou-se dos primeiros momentos de vida, do internato no Liceu de Artes e Ofícios na década de 1930, na praça Sinimbu até ingressar na Marinha do Brasil.

Perdi minha mãe aos seis meses. Meu pai, aos seis anos, aos sete, meu avô. Fiquei órfão e vim para Maceió morar na casa de uma prima, quando um tio me matriculou no Liceu de Artes e Ofícios que também servia como escola da Marinha. Esse espaço foi meu pai, minha mãe, meu avô. Tudo para mim. Só saí de lá para servir como soldado da Marinha, onde fiquei por 30 anos e lá ganhei várias medalhas e saí como suboficial. Também participei da 2ª Guerra Mundial em 1944 fazendo o patrulhamento do litoral brasilei-

ro em navios”, contou Abel do Espírito Santo.(<https://www2.ifal.edu.br/noticias/historia-de-vida-homenagens-musica-e-poesias-marcam-as-comemoracoes-dos-106-do-campus-maceio>).

Ainda funcionando na praça Sinimbú, o Liceu de Artes e Ofícios, mudou de diretor, sendo afastado Manoel Viana, que passou a dirigir o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, assumindo o cargo, por indicação de Miguel Guedes Nogueira, aposentado, mas bastante prestigiado junto ao MEC, Talvanes Augusto de Barros que foi empossado em 19 de maio de 1939. Descendente de uma família de educadores, Talvanes Augusto passou a comandar os destinos da escola no momento em que a instituição modificou o seu perfil de formação de mão de obra para economia terciária e para a industrial. Aliada a essa formação, estava o controle disciplinar dos alunos associado ao caráter paternalista das famílias brasileiras e vinculada à relação entre opressor e oprimido, conforme Freire (1987).

Como corretivo aplicado aos alunos, havia castigos, a exemplo de ficar ajoelhado ou de pé no corredor com tempo determinado pelo inspetor, enquanto as faltas mais graves resultavam em expulsão, a pedido dos professores. Intrigas, atrasos, ausências na sala de aula, desrespeito aos mestres eram os fatos causadores desses “métodos disciplinares”. O rigor na assiduidade também atingiu os professores que registravam a frequência dos alunos em lista de ponto e os atrasos eram computados. Sob regime integral, os docentes foram submetidos depois ao controle do relógio de ponto. O horário escolar começava às 7 horas da manhã e os bondes eram o transporte coletivo daqueles que mo-

ravam mais distante. A caderneta foi implantada em 1940 e, nela, os professores anotavam as atividades dos alunos na oficina, na aprendizagem e nos serviços prestados à comunidade, segundo Bonan (2010, p.65).

O primeiro diretor Miguel Guedes Nogueira faleceu em 19 de abril de 1941, fato que causou comoção entre funcionários e alunos que o conheciam. Neste período, a escola com preparação voltada para o setor industrial, era chamada de Liceu Industrial de Alagoas que, posteriormente devido a mais uma reforma, desta vez, promovida pelo governo de Getúlio Vargas, passou a ter outra denominação: Escola Industrial de Maceió. Na grade curricular desse período foram incluídas disciplinas da cultura geral (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Desenho, Canto Orfeônico e Cultura Artística), além da formação técnica com os cursos de Mecânica de máquinas, Serralharia, Solda, Fundição, Carpintaria, Sapataria e Alfaiataria.

A influência norte-americana na educação profissional, por meio da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial, plano do governo de Harry S. Truman, 33º presidente dos Estados Unidos, promoveu o primeiro curso de capacitação de quinze semanas para diretores dos liceus industriais, em 1947. Foram relacionados para viajar aos Estados Unidos os professores Oscar Sátyro, atualmente o nome dado ao auditório do Campus Maceió, Irineu José da Silva, Cristovão Souza Leão e o diretor Talvanes Augusto Barros. O plano consistia em uma cooperação de relações profissionais entre os professores do ensino técnico do Brasil e dos Estados Unidos. Essa ação é avaliada por educadores como uma intervenção norte-americana na

América Latina, mediante a Guerra Fria entre soviéticos e norte-americanos, motivada pela intervenção da União Soviética em Cuba.

No âmbito local, a intervenção de cooperação estrangeira provocou mais organização administrativa na unidade de ensino e melhor preparação dos professores quanto ao ensino técnico profissional, segundo informa a publicação de Bonan (2010). No entanto, resultou, ao mesmo tempo, em maior controle social sobre os alunos. Tanto que os professores Oscar Sá-tiro e Antônio Sales fizeram investidas na criação do Grêmio Estudantil Guedes de Nogueira. A adesão ao programa de cooperação internacional rendeu à Escola Industrial de Maceió, em 1949, investimentos na ordem de US\$90.000,00 (noventa mil dólares) para compra de máquinas e equipamentos destinados a reforçar as oficinas.

Em 1945, segundo Bonan (2010,p.68) foi criada a Biblioteca Benevides Monte, sendo a primeira bibliotecária, Ana Amélia Machado. O patrono Benevides Monte (Figura 11) foi um ex-aluno, tanto do Liceu Industrial, quanto da Escola Agrícola Floriano Peixoto e tinha um sonho de seguir a carreira militar. Ele era natural de Cacimbinhas-Alagoas, serviu o 20º Batalhão de Caçadores e

Figura 10 - Retrato de Benevides Monte, exposto na Biblioteca do Campus Maceió.



Fonte: Biblioteca Benevides Monte – Campus Maceió.

tomou parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial. Monte embarcou para a Itália em 20 de setembro de 1944 e fez parte do 1º Regimento da Infantaria - Classe 1932- Id G-27 como terceiro sargento. Foi morto pelo exército nazista em 1945, em Monte Castelo - Itália. Seus restos mortais encontram-se no Monumento aos Pracinhas - Rio de Janeiro.

O reforço internacional na compra de equipamentos industriais provocou a redução dos espaços de formação da escola. A ampliação dos cursos técnicos também foi uma das causas, fatores que provocaram uma mobilização dos servidores para a obtenção de mais espaço físico para construção de mais blocos de formação profissional. Por iniciativa do governador Silvestre Péricles, o terreno composto por coqueiral no bairro Poço, foi desapropriado e doado. A área se estendia desde a atual rua Barão de Atalaia até o espaço ocupado pelo atual Posto de Saúde do Salgadinho. Mas, a direção, somente se interessou pela metade da área. Bonan cita que, em artigo publicado no Jornal de Alagoas, de 23 de setembro de 1949, durante as comemorações dos 40 anos da instituição, o professor Souza Leão faz a seguinte referência:

As desapropriações dos dois terrenos foram feitas, exclusivamente para a nossa escola. Somos testemunhas ao recebê-los em Palácio como diretor-substituto, na época. Palavras do senhor governador Silvestre Péricles - Eu só doarei o terreno ao Sindicato dos Ferrovieiros se a Escola não necessitar de todo ele. Vamos construir dentro daquele terreno. Para a Escola só ele interessa. Para o INPS interessa outro em qualquer parte (LEÃO, 1949).

A desapropriação, por utilidade pública, foi estabelecida pelo Decreto número 44/47, a partir de um lote de terreno pertencente ao dr. Antônio Aguiar Júnior, situado na rua Barão de Atalaia, desta capital Segundo o blog *História de Alagoas*, a reivindicação teve como porta-voz o deputado federal Freitas Cavalcanti do partido União Democrática Nacional (UDN), que havia tomado posse em 11 de fevereiro de 1946 e conseguiu que constasse no Orçamento da União de 1947, uma dotação de 3 milhões de cruzeiros para “Início da construção do edifício principal” da Escola Industrial de Maceió. No entanto, de acordo com o periódico eletrônico, os recursos financeiros não foram liberados de imediato, o que levou o parlamentar a fazer uma nova cobrança ao governo federal em 23 de outubro de 1947. Somente em 9 de abril de 1948, foi que o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, aprovou “plantas, edificações e orçamento para a construção do edifício da Escola Industrial de Maceió, Alagoas” (*Correio da Manhã* de 10 de abril de 1948). Os registros contábeis do Ministério da Educação apontam a Sociedade Construtora de Obras Públicas Ltda (SCOP) como a empresa escolhida para edificar o novo prédio da escola no valor de Cr\$305.600,00 (trezentos e cinco mil e seiscentos cruzeiros). O início das obras se deu em 1950 e depois de pronto, o prédio previa receber 1000 alunos, sendo 110 internos, possibilitando a matrícula de estudantes do interior do Estado, segundo informa o jornal *Gazeta de Notícias* de 11 de outubro de 1949. O histórico da construção do prédio que abriga o campus Maceió do Ifal revela também que a interferência política não dava trégua em suas intervenções na educação profissional.

A SCOP era dirigida em Alagoas pelo seu sócio-gerente engenheiro Lisanel de Mello Motta, irmão do deputado estadual Lourival de Mello Motta (UDN) e tinha sede na Rua Barão de Jaraguá, nº 487, 1º e 2º andar, em Maceió. Anos antes, em 1947, a SCOP tinha dois endereços: Rua dos Carijós, 561 – salas 106 e 107, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e na Rua do Comércio, 495, -1º andar, Maceió, Alagoas. Lisanel de Mello Motta informava nos contratos que era o sócio-gerente da empresa e que residia na Rua Ângelo Neto, 279, Farol, também em Maceió. Esse endereço era o de seus pais Leobino Soares da Motta e Adelaide Afra de Mello, (Blog História de Alagoas, publicado em 21 de fevereiro de 2022).

A “duvidosa” obra de Niemeyer

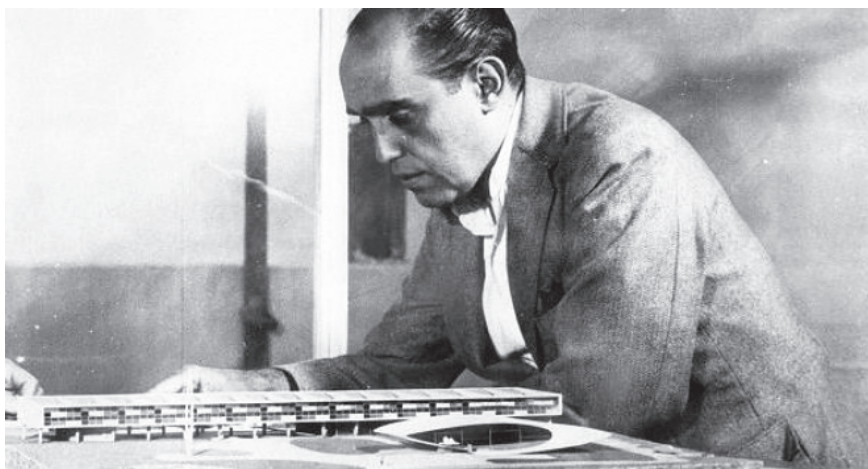
Embora o projeto arquitetônico do prédio seja proclamado como de autoria do renomado arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio do Campus Maceió está envolvido em um dilema entre pesquisadores quanto ao crédito de sua arquitetura. Em um perfil no Facebook denominado *Maceió Antiga*, há uma referência textual e fotográfica sobre a autoria do projetista de Brasília à ideia de construção da Escola Industrial de Maceió e que afirma o seguinte:

Em 1937, o escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão onde trabalhava Niemeyer é chamado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para projetar o novo edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro. Este projeto estava inserido no contexto político do Estado Novo, quando Getúlio Vargas, presidente do Brasil, usava a arquitetura e o

urbanismo como ferramentas para ilustrar os novos rumos da nação em uma fase intermediária, tentando se transformar de potência agrícola exportadora de café em um país industrializado. Deste modelo surgiram os novos prédios das escolas industriais, entre elas a de Alagoas, projetado por Niemeyer. Em tempo - Pesquisei e não encontrei nenhuma outra escola projetada pelo arquiteto que se aproximasse do modelo desta maquete tanto quanto o prédio do antigo Cefet. Como estamos em Alagoas – “Pequenos Estados & Grandes Negócios” -, certamente os traços originais foram modificados para reduzir os custos (ou, quem sabe, por outros motivos obscuros) durante as obras. Bom, é apenas um achismo. (MACEIÓ ANTIGA, 6 de dezembro de 2012. .

Para tentar comprovar tal afirmação, o perfil no Facebook posta a seguinte fotografia (Figura 11):

Figura 11 - Imagem atribuída ao arquiteto Oscar Niemeyer com o suposto projeto da Escola Industrial



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-157742/um-ano-sem-oscar-niemeyer>.

Em pesquisa realizada por este autor, conclui-se que, na realidade, a fotografia se refere ao projeto do Colégio Estadual Central, também denominada Escola Estadual Governador Milton Campos, em Belo Horizonte e inaugurada em 1956, conforme ilustra a figura 12

Figura 12 -: Escola Estadual Central, em Belo Horizonte, projeto de Oscar Niemeyer



Fonte: Portal PBH- Flickr (2022)

O blog *História de Alagoas*, por intermédio do jornalista Edberto Ticianeli, apurou o fato e constatou que não houve relação dos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer com a construção do prédio, onde está localizado o Campus Maceió, sob o argumento de que: o projeto foi aprovado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1948 e teve a conclusão da obra em 1956 (é possível que já recebesse alguma ocupação anteriormente a esta data). Juscelino Kubitschek foi eleito presidente em 1955 e tomou posse em 31 de janeiro de 1956 para um mandato até 31 de janeiro de 1961,

portanto, o prédio já estava pronto; outro questionamento para não se atribuir a Niemeyer a autoria da obra, segundo o blog, vem da perseguição sofrida por ele, nesse mesmo período, por ser comunista. Essa situação veio à tona durante a escolha do projeto para a construção do futuro Centro Técnico da Aeronáutica (CTA) em São José dos Campos, São Paulo. O blog detalha esse episódio da seguinte forma:

A Comissão encarregada de analisar as propostas habilitadas para o concurso foi instituída em 12 de outubro de 1946 e agiu com celeridade. Dois meses depois o projeto já tinha sido aprovado e autorizada a execução das obras. O escolhido foi o de Oscar Niemeyer, que chegou a assinar o contrato para a elaboração do projeto definitivo de urbanização e dos edifícios do CTA. Inexplicavelmente o contrato foi cancelado no início de 1947. Niemeyer ainda recorreu, mas sem sucesso. Em outubro de 1947 foi definido que não mais haveria concorrência pública para a obra. O contrato foi para outra firma e em dezembro as obras já tinham sido iniciadas. (BLOG HISTÓRIA DE ALAGOAS).

As causas do rompimento do contrato e a solução encontrada para manter o projeto do Niemeyer sem ele aparecer como autor, foram esclarecidas muitos anos depois pelo arquiteto Rosendo Santos Mourão. De acordo com o blog, os militares da Aeronáutica não aceitaram que o autor do projeto fosse um comunista. Como solução para manter o mesmo projeto, foi utilizado um artifício: contratou-se a obra com uma firma onde trabalhava o ex-estagiário de Niemeyer, Rosendo Santos Mourão, que somente veio se habilitar para cursar a Faculdade Nacional de Arquitetura em março de 1949.

Eu tinha carta branca para fazer o que eu quisesse, porque os militares confiavam em mim e até preferiam quando eu não pedia ajuda a Niemeyer. Mas, por respeito a ele, segui todo o projeto à risca. Ele era uma pessoa muito boa, Me ensinou muita coisa”, revelou Rosendo ao G1 em 6 de dezembro de 2012, data da morte de Niemeyer.(BLOG HISTÓRIA DE ALAGOAS).

Outro fato que coloca em dúvida a autoria do projeto arquitetônico do Campus do Ifal Maceió é a divulgação de uma lista das obras de Oscar Niemeyer expostas no Wikipédia e que não cita o projeto arquitetônico das escolas industriais entre as obras do renomado arquiteto. No campus Maceió, há uma placa de homenagem ao centenário de Oscar Niemeyer, comemorado em 2007, que o cita como autor do projeto da Escola Industrial de Maceió. Este monumento fez com que, durante a investigação desse caso pelo autor deste livro, alguns egressos fizessem referência a Niemeyer como autor da obra arquitetônica do Campus Maceió, embora não haja registros comprobatórios.

Ainda segundo Bonan (2010, p.71) a transferência da praça Sinimbu para a atual sede ocorreu em 1956 e a mudança foi realizada por funcionários e alunos. “Os móveis mais leves e documentos foram trazidos a pé, enquanto que os mais pesados, de caminhão alugado na praça do Pirulito, segundo depoimento de mestre Chiquinho, ex-professor da escola. Ainda, segundo o depoimento, com essa mudança muitos documentos importantes foram perdidos”, afirma a escritora no livro. No ano da transferência para o prédio próprio, a Escola Industrial de Maceió passou a ser denominada de Escola Industrial Deodoro da Fonseca, por meio da Lei 2972/56 de autoria do deputado federal alagoano Luís Medeiros Neto.

Figura 13 - Escola Industrial de Maceió na década de 1960_



Fonte: <https://www.facebook.com/MaceioAntiga>.

Na década de 1960, a Escola Industrial Deodoro da Fonseca, nova denominação dada à unidade de ensino técnico, começou a ganhar feições mais nítidas do ensino para formação de mão de obra para atender à indústria, a partir da criação dos primeiros cursos em nível de segundo grau de técnico em Construção de Máquinas e Motores, técnico em Edificações e técnico em Estradas. Em 1964, o engenheiro Augusto Talvanes de Barros se aposentou e o ex-aluno Juvenal Santana foi nomeado para o cargo. O diretor dividiu com o Conselho de Representantes, as tarefas de administrar a escola, sendo uma delas, a criação do Setor de Assistência Social que teve como primeira coordenadora, Maria José Cavalcante.

Intervenção da Ditadura Militar na educação profissional

O golpe civil-militar praticado em 31 de março de 1964 no Brasil acentuou um modelo econômico com base na dependência do capitalismo, principalmente com intervenções de organismos internacionais na educação pública. Isso refletiu, de forma negativa, no ensino técnico e a Escola Industrial de Alagoas sentiu esses efeitos na dificuldade de, por exemplo, contratar técnicos para lecionarem as disciplinas específicas do curso de Estradas que, segundo Bonan (2010, p.74), passou alguns meses suspensos pela falta de professores, voltando-se a uma situação já vista nos primórdios da Escola de Artífices e Ofícios. Esses problemas eram acompanhados pelos alunos por meio de duas agremiações estudantis: o Grêmio Estudantil Guedes Nogueira e o Centro Acadêmico Getúlio Vargas, este último tinha como presidente Álvaro Remígio que, diante das dificuldades de funcionamento da escola, ameaçava incitar greve dos estudantes.

A aprovação dos currículos dos cursos técnicos pelo Conselho Consultivo, por exemplo, provocou uma dessas greves. Alegavam que o currículo era falho e tornava os cursos deficientes. Diziam que teriam que deixar a escola como legítimos técnicos, com possibilidades de substituir engenheiros nas tarefas que lhe seriam confiadas e, aquele currículo os transformava em “cursinhos de comércio”.(BONAN, 2010, p.75).

No ano do golpe, os militares invadiram a escola, fecharam as entidades e os próprios alunos queimaram os documentos para escapar da repressão imposta pela ditadura. Houve interferência militar também na área administrativa e um Aviso Ministério nº 826

de 7 de maio de 1964 determinou que a escola compusesse uma comissão para investigar a existência de servidores que realizassem atividades incompatíveis com o Serviço Público Federal. De acordo com Bonan, a comissão foi composta pelos professores Mário Cardoso Gama, Irineu José da Silva e a oficial de administração Maria José Normandia Pascoal. O grupo entregou um relatório no dia 27 de maio daquele ano, no qual nada constava em relação à desconfiança da Ditadura Militar.

De acordo com a Lei 4.759 de 24 de agosto de 1965, a escola passou a ser denominada de Escola Industrial Federal de Alagoas e, nesta condição, as unidades de ensino técnico ficaram encarregadas de ministrar apenas cursos técnicos, sendo extinto o ginásio industrial.

Sem entrosamento com o Conselho de representantes, o diretor Juvenal Viana deixou o cargo e foi substituído por Amaro Nascimento Mendes, ex-aluno da Escola de Aprendizes e Artífices de Pernambuco, onde foi contramestre do beneficiamento mecânico e depois se transferiu para Alagoas. Ele assumiu em 1966 e, entre as suas realizações, segundo aponta Bonan (2010, p.77) estão, a ampliação dos corpos docente e discente, a dinamização das atividades esportivas, a implantação do teatro na escola, a aquisição de ônibus para a realização de aulas práticas dos alunos e implantação do Setor de Audiovisual. Além dessas ações houve melhoria na estrutura física da escola como a construção do jardim frontal e do pátio externo do pátio para almoxarifado e garagem, de um sistema completo de iluminação, área do refeitório e cozinha, muro de proteção da escola com portões e gradis produzidos pelos alunos.

Escola Técnica Federal de Alagoas

Por meio da Portaria número 331 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Escola Industrial Federal de Alagoas passou a ser denominada de Escola Técnica Federal de Alagoas (Etfal). Essa nova legislação impôs novas diretrizes para a preparação de mão de obra técnica para atender à realidade do mercado de trabalho, impulsionado pelo chamado “milagre econômico” que se constitui de fortes investimentos do governo em áreas essenciais à população como, educação, saúde, moradias e rodovias, a partir de empréstimos internacionais. A educação profissional passou a ser irrestrita, estendendo-se às unidades de ensino propedêutico de segundo grau.

Assim, no intuito de apresentar eficiência e eficácia na sua ação, caracterizou-se como uma das funções primordiais das escolas técnicas federais, atuarem junto aos sistemas estaduais de ensino no desenvolvimento de recursos humanos de nível médio para a indústria (BONAN, 2010, p.78).

Segundo a autora, a pulverização da profissionalização depreciou a imagem das verdadeiras escolas técnicas, colocando-as em condições de igualdade com as demais escolas, uma vez que, a partir de então, todas poderiam profissionalizar os cidadãos.

Responsável pela formação de técnicos também no âmbito externo em convênios com outras instituições formadoras, a Etfal passou a buscar uma organização em sua estrutura interna, a partir da capacitação de recursos humanos, uma vez que a procura por um curso técnico de qualidade aumentou.

Com a visão direcionada para o atendimento industrial, cursos técnicos artesanais, como carpintaria, foram extintos por falta de alunos. A alta procura por cursos técnicos industriais resultou na elitização do aluno da escola com atendimento a uma clientela mais privilegiada e, para não perder seu caráter de unidade de ensino público, foi criado o PEBE (Programa Especial de Bolsas de Estudos) estimulado pelo Ministério do Trabalho para atender como reforço de ensino a trabalhadores sindicalizados e a seus filhos que estivessem concluindo a então oitava série do primeiro grau.

Como imposição da Ditadura Civil-Militar, por meio do Decreto nº 68.065 ressurgiu o Centro Cívico Deodoro da Fonseca, formado por alunos, mas orientado por uma professora, Marilda Barros Alves, cujo objetivo era incentivar o civismo que compreendia as reuniões, às segundas-feiras pelo hasteamento da bandeira nacional e execução do Hino Nacional pela banda de música.

No que tange à sequência de diretores, Amaro Nascimento Mendes deixou a Direção da escola, em 1972, sendo substituído por José Nelson Mendonça, cuja gestão foi marcada por obras físicas como o prédio do Departamento de Educação Física, uma sala para a banda de música, uma quadra poliesportiva, o campo de futebol e a pista de atletismo. Foi criado, ainda, o Serviço de Integração Escola-Empresa, destinado ao encaminhamento dos alunos para estágio. No entanto, em 1974, devido a denúncias contra a sua gestão, Nelson Mendonça deixou o cargo, fato que levou o MEC a indicar o interventor Hélio de Macedo pelo período de seis meses.

Em seguida dirigiu a escola, Breno Lins de Oliveira, um ex-aluno da Escola Industrial de Maceió. Naquele momento, as escolas técnicas tiveram sua estrutura organizacional modificada e como re-

sultado, o Conselho de Representantes foi extinto, sendo criado, por força do Decreto nº 75.079 de 12 de dezembro de 1979, o Conselho Técnico Consultivo composto pelos departamentos subordinados ao diretor e por representantes de entidades representativas da comunidade e da economia alagoana.

A gestão de Breno Lins foi marcada pela ampliação da escola no que se refere às construções de blocos administrativos e de salas de aulas, à construção da piscina semiolímpica, do auditório Oscar Sátyro, do Centro de Multimeios, do bloco de Química e da reforma e à ampliação do Setor de Saúde.

Figura 14 - Posse do diretor Breno Lins de Oliveira



Fonte: Arquivo da Etfal – 1975

Com o clima de redemocratização do país, que instigou a participação da sociedade civil nas decisões políticas, a Etfal realiza em 1986, eleição direta para escolha de seu diretor e, por intermé-

dio da Resolução nº 1 do Conselho Consultivo, os candidatos Breno Lins de Oliveira, José Buarque Nascimento e Osvaldo Leite concorreram ao cargo, sendo o primeiro reeleito. No segundo mandato, coube a gestão de Breno Lins, atendendo ao Programa de Melhoria do Ensino Técnico, expandir a Etfal aos municípios de Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro, cujas as unidades descentralizadas foram inauguradas pelo sucessor Alberto José Cavalcante, o “Sexta-feira”. Contudo, como em outras ocasiões, a interferência política apresenta reflexos negativos quanto à gestão administrativa da Etfal. Bonan afirma que, em 1985:

[...]apesar do teste de seleção para o ingresso de novos alunos na escola, ocupando assim o número de vagas previstas, ao iniciarem as aulas os professores se deparavam com um contingente elevado de alunos nas salas de aula. Muitos ali estavam, através de pedidos, reeditando, assim, no seu interior, as velhas práticas da política alagoana, ainda em uso nas mais diversas áreas da vida social local (BONAN, 2010, p.85).

A partir do processo de interiorização da Escola Técnica Federal de Alagoas, esta instituição passou a gerir mais duas unidades de ensino, que foram a de Palmeira dos Índios e a de Marechal Deodoro e a denominação antes de diretor passou a se chamar diretor-geral. Esse processo ocorreu na gestão de Alberto Sexta-feira, ocasião em que essas unidades descentralizadas foram inauguradas: Palmeira dos Índios, em 26 de junho de 1993 e Marechal Deodoro, em 17 de novembro de 1995. Antes, porém, momentos atribulados foram registrados na instituição pioneira da educação profissional pública em Alagoas, desde que a escolha do diretor passou a ser, por intermédio da comunidade interna. E, a causa das frequentes confusões

estava na chamada lista tríplice, uma relação de três candidatos mais votados, sendo que um deles seria escolhido pelo ministro da Educação. Na primeira votação ocorrida em 19 de março de 1990, os três primeiros concorrentes mais votados foram: Alberto José Cavalcanti (1582 votos), Ricardo Albuquerque (1245 votos) e Mario Cesar Jucá (823 votos). “A lista tríplice foi mandada para o MEC, entretanto algumas manobras políticas fizeram com que o candidato mais votado, o professor Alberto Cavalcante Sexta-Feira, não conseguisse tomar posse”(BONAN, 2010, p.86).

Mediante a pressão da comunidade interna, por meio de suas entidades classistas, o MEC indicou um interventor, como diretor pró-tempore (provisório), Lúcio Soley Lomônaco, enquanto se resolvia a escolha entre os três da lista tríplice. A intervenção demorou um ano, mas devido à falta de prestígio no âmbito interno, o interventor deixou o cargo e foi substituído por Mário César Jucá.

Em 3 de março de 1991, Alberto Sexta-feira tomou posse como diretor-geral, prevalecendo o processo de escolha da comunidade e o então ministro da Educação e Cultura, Carlos Chiarelli, ressaltou o respeito do governo federal ao pleito democrático. No entanto, articulações do grupo político vinculado a Sexta-feira foram o real motivo da mudança de postura do MEC. O presidente da República era Fernando Collor de Mello, radicado em Alagoas e foi acionado, por meio de parlamentares, assim como o então senador Guilherme Palmeira, a quem Sexta-feira havia recorrido para alterar o quadro que lhe era desfavorável.

Alberto José Cavalcante Sexta-feira, que faleceu no dia 10 de abril de 2021, vítima da Covid-19, era engenheiro civil, ingressou na Etfal em 1976, sendo eleito coordenador do curso técnico em Edifi-

cações, presidente da Associação dos Servidores da Etfal (Assetfal) função que acumulou com a de chefe do Departamento de Ensino. Sua gestão foi marcada por um espírito de liderança tanto em âmbito local, como nacional, pois dois anos depois foi eleito presidente do Conselho dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Industrial (Conditec). Uma das lutas encampadas por essa entidade foi a criação de uma frente parlamentar em defesa da escola pública e do ensino tecnológico, diante de um projeto de lei no Congresso Nacional que transferia o ensino técnico para os estados, de autoria do deputado federal Eduardo Mascarenhas (PDT).

Em 1994, houve nova consulta à comunidade interna para escolha do diretor-geral e Alberto Sexta-feira foi reeleito com 1551 votos contra 369 votos para Roland Gonçalves. A lista tríplice, a pedido do candidato mais votado, foi composta por ele próprio, e pelos professores Mário César Jucá e Erisvaldo Ramalho.

De Etfal para Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet-AL)

O então presidente da República Itamar Franco sancionou em 11 de dezembro de 1994, o projeto de lei que transformou as escolas técnicas federais em centros federais de educação tecnológica e criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que resultou na oferta de cursos de nível superior na área de tecnologia. Deste modo, também os cursos técnicos também foram remodelados passando sua orientação de formação para o mercado de trabalho, por meio de habilidades e competências, conforme preconizava, à época, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96.

No âmbito diretivo da Etfal, Alberto Sexta-feira é eleito vereador por Maceió e deixou o cargo de diretor-geral para o vice Mário César Jucá, cuja gestão passou a seguir as regras impostas pelo neoliberalismo implantadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Uma dessas medidas foi uma parceria público-privada para oferta dos cursos tecnológicos que, embora integrassem a grade curricular da instituição federal passaram a ser controlados pela Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapec), uma entidade sem fins lucrativos que tinha como presidente, o próprio diretor-geral do Cefet-AL. Essa entidade funcionou no prédio público da extinta Delegacia do MEC em Alagoas (Demec-AL) na Avenida da Paz e cobrava mensalidades dos cursos tecnológicos que eram ofertados no Campus Maceió.

O CEFET-AL entrou no ano 2000 com novas perspectivas educacionais. Viveu um momento histórico com a realização de seu primeiro vestibular para a formação de tecnólogos de nível superior. Desta forma nos dias 27 e 28 de fevereiro foi realizado o primeiro vestibular para os cursos de turismo e lazer e informática (BONAN, 2020, p.97).

Como pode ser analisado, a partir do trecho narrado pela autora, não havia distinção entre Cefet-AL e a Fapec, o que pode se deduzir que os cursos tecnológicos com mensalidades pagas pertenciam à primeira instituição citada, porém eram controlados pela segunda.

Em 2001, foram implantados mais 13 cursos: Turismo, Tecnologia da Informação, Sistema de Informação, Publicidade, Comércio Exterior, Gestão Empresarial, Gestão Pública, Gestão Finan-

ceira, Gestão Fazendária, Desporto e Lazer, Design de Interiores, Urbanização, Produção Civil, Produção Elétrica e Hotelaria. Houve um maciço investimento em propaganda na mídia, estimulado pela Fapec, para atrair estudantes para os cursos superiores de tecnologia, mas uma dúvida pairava sobre a mente dos concorrentes quanto à legitimação dos cursos junto ao mercado de trabalho, pois não eram reconhecidos pelo MEC e a modalidade - educação tecnológica - era recusada em concursos públicos, sendo um deles da Petrobras, uma estatal do governo federal. Além desses aspectos, alguns questionamentos precisavam ser esclarecidos aos candidatos e aos graduandos quanto à certificação dos cursos tecnológicos, já que mensalidades eram cobradas: as graduações faziam parte do Cefet-AL, uma instituição de ensino pública e gratuita ou da Fapec, uma entidade de apoio ao ensino e pesquisa e de âmbito privado?

Apesar de polêmica, a gestão de Mario César Jucá prosseguiu com os investimentos na instituição, sendo um deles na qualificação dos docentes. Um convênio foi firmado com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para oferta de mestrado aos servidores e, deste modo, habilitá-los a lecionar nos cursos de ensino tecnológico. Houve avanço em relação à pesquisa, aos projetos de extensão, na área esportiva e realização de eventos de âmbito regional, organizados pelo Cefet-AL, tais como, o Edcenne (Encontro Desportivo Norte/Nordeste) e o 1º Seminário Nordeste de Educação.

Em 2004, acentuaram-se na comunidade escolar denúncias contra o diretor-geral do CEFET-AL, professor Mario César Jucá.[...]As denúncias junto ao MEC e as notícias nos meios de comunicação começaram

a desgastar a imagem do diretor que se viu ameaçado de uma intervenção na instituição. Diante desses acontecimentos, o MEC enviou a Maceió, três auditores. Mediante portaria, o professor Mario Cesar foi afastado pelo período de 60 dias, prorrogado por mais 60. Nesse período assumiu a direção, sua vice-diretora Lúcia Coutinho. (BONAN, 2010, p.99).

Mario Cesar detinha um grupo formado por servidores e docentes fiéis às suas formas de atuar como gestor da instituição, sendo uma dessas, o estímulo à parceria público-privada entre o Cefet-AL e a Fapec. Esta entidade, inclusive, possuía uma sala exclusiva, dentro da instituição federal de ensino, para oferta de serviços gráficos e de realização de matrículas com mensalidades nos cursos superiores de tecnologia. A situação incomodava grupos opositores que defendiam a educação pública e que já haviam denunciado tal comportamento ao governo federal. No entanto, o diretor-geral era filiado ao PSDB, partido que tinha o controle do poder central, por meio do presidente Fernando Henrique Cardoso, o mesmo que, ao assumir baixou o Decreto 2.208 de 1997 que separou o ensino médio do técnico e que estabeleceu a pedagogia da competência que flexibilizou o ensino profissional para atender o mercado de trabalho com formação de mão de obra barata. Além disso, a gestão privatista do Cefet-AL se repetia em outras instituições da rede federal como no Pará e em Pernambuco e, nesses dois casos, resultando em prisões de gestores por mau gerenciamento público, segundo relatórios da Controladoria Geral da União (CGU).

Com a assunção ao cargo do presidente do Brasil de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, esse modelo tucano imposto na EPT foi desfeito e as denúncias contra a gestão do Cefet-AL que foram

formalizadas pela oposição junto ao governo federal, começaram a ser apuradas. No entanto, a contenda política prosseguia na instituição. Os alunos eram proibidos de se organizarem em entidade representativa, tal como um grêmio estudantil e servidores que não se alinhassem ao modo gerencial de Jucá, eram removidos para a unidade descentralizada de Palmeira dos Índios, a mais distante de Maceió naquela época.

Em entrevista a este autor, o ex-aluno e jornalista, Ésio Melo que restaurou o grêmio estudantil em 2004, declarou que a entidade, antes funcionava de forma clandestina, na sala de xadrez em frente à piscina do Campus Maceió, porque o diretor-geral proibia o funcionamento. “Aproveitamos o momento em que Mario Cesar Jucá estava afastado das funções para recriar a entidade que teve ajuda da candidata a diretora-geral ligada ao diretor, Maria Lúcia Coutinho, candidata à sucessão de Jucá e, por isso mantinha uma aproximação com os estudantes, conforme afirmou o ex-líder estudantil.

Entro no Cefet em 2002 com outros colegas que já faziam parte do movimento estudantil. Em 2002, organizamos o congresso da Fetec que era a Federação dos Estudantes do Ensino Técnico e em 2004, a gente organizou as eleições do grêmio. E nesta aproximação com a Lúcia Coutinho, reivindicamos uma sala que era ocupada pela Xerox da Fapec que era a instituição privada do Mario Cesar que era vinculada ao Ifal, inclusive. Muitas coisas do Cefet tinham a placa de patrimônio da Fapec. Então era uma mistura entre o público e privado que ninguém sabia onde acabava um e começa o outro. (MELO, 2022, em entrevista ao pesquisador).

Ao reassumir o cargo, o diretor-geral Mario Cesar Jucá exonerou parte de sua equipe considerada por ele como “traidores” e acentuou o conflito que respingou no próximo processo de escolha da comissão que organizaria a próxima eleição da diretoria do então Cefet-AL. A troca de acusações envolveu os estudantes por intermédio de sua entidade representativa.

Outro fato a que o ex-presidente do grêmio estudantil fez referência foi a realização do Festival de Artes e Cultura (Ferac) promovido pela entidade. O evento tinha, entre os objetivos, discutir questões políticas como democracia e eleições transparentes. Segundo Melo, “o diretor-geral mandou desligar os microfones do auditório e o disjuntor de energia elétrica para inviabilizar a realização do festival”. Naquela ocasião, 2004, o questionamento do grupo, dissidente da gestão, era sobre a comissão eleitoral que para os reclamantes, havia cometido uma série de “aberrações” na constituição do edital de votação, entre essas, a informação de que o processo eleitoral seria das 9 às 16 horas com intervalo das 16 às 18 horas e depois prosseguir até às 21 horas, porém, o grupo responsável por conduzir o processo eleitoral não informava em quais locais estariam as urnas. Segundo Bonan (2010) esse fato resultou em um bloqueio dos acessos para que não houvesse movimentação nas urnas, o que virou caso de polícia.

Figura 15 - Ésio Melo (à esquerda) com a diretora do CEFET-AL, Maria Lúcia



Fonte: Ésio Melo, 2004

Nada disso impediu que a comissão tentasse levar às urnas para o auditório. Houve muitos desentendimentos e a PM escolar foi acionada para acalmar os ânimos que estavam alterados dos dois lados. Os alunos pediam mais clareza nas atitudes da comissão e os professores sentiam-se agredidos com tais exigências.(BONAN, 2010, p.100).

Ésio Melo conta que para haver eleição para diretor-geral seria preciso haver a escolha do conselho diretor que, por sua vez, formava a comissão eleitoral que organizaria o processo de escolha do diretor.

Na eleição para professores que aconteceu um dia antes da dos estudantes, houve resultado diferente do que estava nas urnas, por causa desse intervalo que ninguém sabia o que ocorria. No dia das eleições dos estudantes não permitimos alteração de urnas. No dia 28 de agosto de 2004 foi a eleição dos estudantes e fizemos um protesto, quando um dos professores aliados do diretor tentou levar as urnas para o intervalo, houve uma confusão a polícia foi acionada e acompanhamos, em uma corrente humana até o ginásio, fato que os policiais chamados não conseguiam entender. Comprei um cadeado e, quando o grupo entrou no ginásio tranquei o professor e os policiais para que não houvesse alteração das urnas e só liberei porque fui ameaçado de prisão Nosso candidato, representante dos estudantes venceu de lavada, mas tivemos que sair direto para a delegacia para fazer um boletim de ocorrência contra um professor pró-gestão que agrediu com uma cotovelada a vice-presidente do grêmio estudantil. (MELO, 2022, em entrevista para a pesquisa).

Apesar do tumulto, a eleição para a comissão eleitoral transcorreu normalmente. O professor Mario Cesar Jucá concluiu o mandato, ocupado pela vice-diretora Maria Lúcia Coutinho, candidata ao cargo com o apoio do ex-diretor-geral. A conturbada gestão chegou ao conhecimento do Ministério da Educação que enviou a professora Ivone Maria Elias Moreyra, como interventora do Cefet-AL, atendendo às denúncias de irregularidades na gestão, feitas pelo grupo oposicionista e tendo como base também investigações feitas nos Cefets do Pará e de Pernambuco, nos quais os gestores também privatizaram os cursos superiores de tecnologia.

Ivone Moreyra é historiadora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Exerceu cargo no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e foi diretora-geral do Cefet-GO e diretora das escolas Sesi e Senai em Goiás. À época do exercício como diretora pró-tempore do Cefet-AL, a docente pertencia a um grupo técnico de educação no MEC vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT). A professora mora em Anápolis-GO onde mantém uma escola de educação infantil.

A nomeação de Ivone Maria Elias Moreyra encontrou resistência entre os servidores aliados do ex-diretor-geral Mario Cesar Jucá que acionaram o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife, por meio de uma apelação cível sob a justificativa de que a pessoa era estranha aos quadros do Cefet-AL. A ação pedia a anulação das portarias que exoneraram demandantes de cargos na instituição e foi impetrada, logo depois que a interventora foi nomeada pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2005. Contudo, a ação somente foi julgada pelo TRF-5 em 15 de abril de 2010 e, na sentença, o desembargador federal Vladimir Souza

Carvalho alegou que a designação de pessoa estranha aos quadros da instituição não estaria prevista por nenhum decreto, lei ou ato administrativo interno e considerou a reclamação atípica. O magistrado explicou ainda na sentença que “na soleira da instabilidade institucional experimentada pelo ente sub examine que não vinha obtendo sucesso na realização de escolha pela comunidade daqueles que exerceriam a Direção-Geral”, conforme é citado no processo 2006.80.00.001362-2.

Uma das primeiras providências da dirigente interina foi articular junto ao Ministério da Educação o reconhecimento dos cursos superiores. Nessa ocasião, os cursos passaram a ser gratuitos e sem vínculo com a Fapec, uma reversão na prática da parceria privatista existente nos cursos tecnológicos adotados pela gestão anterior do Cefet-AL.

A diretora pró-tempore reformulou o estatuto da instituição de ensino com realização de audiências públicas e estimulou a elaboração de um Projeto Político Pedagógico. Depois de seis meses, Ivone Moreyra, após cumprir sua temporada como diretora pró-tempore, foi substituída por Hércules Procópio. O interventor assumiu o Cefet-AL, de forma pró-tempore, com a finalidade de organizar o processo eleitoral para diretor-geral. Procópio tomou posse no dia 27 de junho de 2005 e seguiu o estilo da diretora pró-tempore anterior por meio de uma gestão democrática com a participação da comunidade interna e externa da instituição federal de ensino.

Durante a eleição para diretor-geral apresentaram-se como candidatos, os professores Roland Gonçalves, Sérgio Teixeira e Dácio Camerino. Os três se aglutinaram em torno de um nome e o escolhido foi Roland Gonçalves que recebeu o apoio do grêmio

estudantil. Às vésperas da escolha do diretor, a eleição foi suspensa por determinação do juiz Frederico Dantas, da 7ª Vara Federal, no dia 16 de agosto de 2005. O motivo seria a falta de divulgação do pleito eleitoral em jornal de grande circulação no estado. A decisão provocou revolta dos estudantes que bloquearam a rua em frente a escola com o apoio dos professores. As aulas foram suspensas por um dia e os alunos foram cobrar providências no Gabinete do diretor pró-tempore, Hércules Procópio.

Figura 16 . Protesto dos estudantes do Ifal por eleição para diretor-geral.



Fonte:Alagoas 24 horas

Procópio recompôs o conselho superior e organizou o processo eleitoral que, finalmente, ocorreu em 17 de novembro de 2005, sendo eleito Roland Gonçalves 1.355 votos e Lúcia Coutinho com 154. Professor de Educação Física, Roland Gonçalves assumiu como

diretor-geral em 13 de janeiro de 2006. O docente ingressou na então Etfal em 2 de fevereiro de 1980, onde ocupou os cargos de coordenador de Educação Física. Roland Gonçalves tomou posse em 13 de janeiro de 2006 em uma solenidade bastante prestigiada por alunos e servidores que ansiavam por mudanças no Cefet-AL.

Nos dois primeiros anos, a gestão foi marcada pela transparência e abertura de diálogos com os segmentos internos. No entanto, a partir de 2007, quando começou a discussão sobre a criação dos institutos federais com aglutinação do Cefet-AL e da Escola Agrotécnica de Satuba, as divergências internas se ampliaram pela falta de clareza do Ministério da Educação sobre o significado daquela fusão. A incógnita sobre o verdadeiro papel dos institutos federais provocou uma divisão interna entre os dirigentes que se acentuou com a aproximação das eleições para reitor, em 2010. A mudança de nomenclaturas nas funções de diretor-geral e diretores para reitor e pró-reitores com direito ao uso do pronome de tratamento “magnífico” foi uma atração a mais para a contenda gerada recheada com um certo egocentrismo. Foi nesta gestão que houve a aglutinação entre Cefet-AL e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba para a constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, tornando-se Roland Gonçalves o primeiro reitor do Ifal.

A mudança nas nomenclaturas das funções de diretor-geral para reitor e de diretores para pró-reitores desencadeou um interesse mais agudo por parte dos dirigentes em comandar os destinos da instituição que ganharia status de universidade. Assim, abriu-se uma dissidência na gestão, no momento em que o professor Roland Gonçalves se apresentou como candidato à reeleição, desta vez na

condição de reitor e não mais diretor-geral. O então diretor da unidade de Maceió, Sérgio Teixeira colocou o nome à disposição, sob a alegação de que havia um acordo com o então mandatário que não estaria sendo cumprido. Enquanto havia dissidência nos bastidores da gestão, o Cefet-AL e a Escola Agrotécnica de Satuba teriam que decidir se aceitariam a fusão em prol da constituição do Instituto Federal de Alagoas.

No meio de todos esses conflitos internos (eleição de reitor, fusão entre Cefet-AL e Escola Agrotécnica de Satuba), surgiu o programa de expansão do ensino técnico emcampado pelo governo federal.No âmbito nacional, as escolas técnicas já eram tratadas como institutos federais, incluindo em Alagoas, porém a cultura institucional não conseguia se livrar do nome Cefet-AL. Durante a gestão do professor Roland Gonçalves começaram as discussões sobre a construção de unidades a mais quatro municípios alagoanos que seriam, Piranhas, Penedo, Maragogi e Penedo.

O programa de expansão do ensino técnico foi implantado no MEC na gestão do ministro Fernando Haddad no MEC e cabia aos prefeitos e lideranças municipais dialogarem com o dirigente do Ifal, sobre como se daria a inclusão de uma unidade da instituição nas cidades contempladas com um campus. A mudança de nomenclatura mediante a uma série de problemas administrativos fez com que a gestão de Roland Gonçalves extrapolasse o mandato, além do prazo legal e então, o Ministério da Educação, mais uma vez enviou um diretor pró-tempore para realizar as eleições para reitor. A visita de Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) ao Ifal, em 23 de março de 2010, traçou os preparativos para

a recepção ao professor de História, Irineu Colombo, do Instituto Federal do Paraná.

Colombo organizou as eleições para reitor do Ifal que transcorreram no mês de julho de 2010 com posse do eleito, professor Sérgio Teixeira, no dia 2 de agosto de 2010, em Brasília. A esta altura, a maioria dos institutos federais havia inaugurado um espaço provisório da expansão e construído campus no interior como, por exemplo, o IFPE que ergueu uma unidade em Barreiros-PE, mas o Ifal, ainda mantinha as características do Cefet-AL, inclusive nas cores azul e amarela da fachada do prédio. Sérgio Costa é engenheiro químico, especialista em saneamento e em engenharia de produção, mestre em engenharia de produção e, naquela ocasião era doutorando em Ciências da Educação.

Em Alagoas, enquanto a instituição passava por ajustes administrativos com o envio, pelo MEC, de sequentes diretorias pró-tempore, o Ministério Público Federal abriu inquéritos para apurar as supostas irregularidades denunciadas por opositores de Mário Cesar Jucá. O MPF apontou, no processo de número 2002.80.00.003488-7, irregularidades nas gestões de Alberto José Mendonça Cavalcante, o Alberto Sexta-feira e Mario César Jucá, acusados de firmarem contratos sem licitação e de realizarem contratações indevidas com a Fundação Alagoana de Amparo à Pesquisa e à Cultura – Fapec. A tramitação da ação judicial que começou em 2002 somente foi concluída em 20 de fevereiro de 2018, quando a Quarta Turma do Tribunal Regional da 5ª Região por unanimidade decidiu pelo desprovimento da denúncia do MPF ao analisar o relato do Juiz Federal Ivan de Lira Carvalho.

Breve histórico do Campus Satuba

A mais antiga pesquisa sobre a história do campus Satuba do Ifal nunca se transformou em publicação científica. São textos escritos por um ex-aluno, de nome José Luiz da Silva, filho de agricultores de União dos Palmares e que ingressou na instituição de ensino no final da década de 1950.

[...] quando cheguei na Satuba para ser interno no Aprendizado, minha atenção se voltou inteirinha para um maquinário velho que existia abandonado, por trás da escola, debaixo das mangueiras. Eram peças que já estava acostumado a ver, desde os tempos de criança. Por isso, minha atenção fora despertada, porque ali também existiam as mesmas peças como: moendas, caldeiras, motores a gás pobre, rodas dentadas [...] os quais eram típicos de engenho de açúcar, cachaça ou rapadura.[...] comecei a observar também as construções dos prédios de paredes robustas, portas grossas, salões espaçosos, galpões enormes, etc. Tudo me induziu a aguçar mais ainda curiosidade, donde mais tarde fui inteirado de que ali, no início do século existia um engenho de cachaça que os antigos chamavam de usina Wanderley, a qual fora desativado e as instalações aproveitadas para dar lugar a criação do Aprendizado.(SILVA, capítulo III. p.195).

O ensino agrícola, no âmbito público e gratuito, foi iniciado com a transformação da Usina Wanderley em Estação Agronômica de Alagoas, no município de Satuba, região metropolitana de Maceió. Considerada à época, um dos maiores produtores de álcool do Estado, o empreendimento agrícola entrou em falência e suas terras

foram doadas pelo governo do Estado à Sociedade de Agricultura Alagoana para a construção de uma estação agronômica e um posto zootécnico que funcionaram como escola prática de agricultura em regime interno e semi-interno, conforme é descrito no livro *Nos Trilhos da Memória* (2011), uma coletânea de artigos sobre a história do Campus Satuba organizada pelos docentes Patrícia Salvador Moura Costa, Amanda Christiane Nascimento Marques e Álvaro Queiroz da Silva e lançada, durante a comemoração pelos 100 anos da instituição federal de ensino em 2011.

A história da falência da Usina Wanderley e a transferência de todos os bens patrimoniais para o Governo do Estado de Alagoas tem duas versões: a primeira a de que a Usina Wanderley, inaugurada em 31 de maio de 1895 e que produzia álcool e cachaça tomou emprestado do Estado, a quantia de 100 mil conto de réis, concedido ao proprietário José Antônio Wanderley de Mendonça, conforme Decreto número 346, de 7 de outubro de 1905, assinado pelo governador Paulo Vieira Malta. A empresa não realizou a quitação do débito, sendo seu patrimônio entregue pelo Estado à Sociedade da Agricultura Alagoana, uma entidade que reunia produtores rurais, para que fosse criada, no local a Estação Agronômica de Alagoas, uma escola prática de agricultura; uma outra versão, contada por José Luiz da Silva, o ex-aluno do final da década de 1950 que, em seus textos, afirma que a Usina Wanderley foi doada à Sociedade da Agricultura Alagoana pelo Estado, depois de um golpe aplicado por um dos proprietários Antônio Wanderley de Mendonça que era secretário de Finanças do Governo de Euclides Malta. Segundo José Luiz, uma missão francesa esteve visitando Maceió, acompanhada do cônsul francês no Brasil.

Pois bem, essa missão, vendo o estado de penúria que atravessava o Estado, especialmente, a capital que necessitava urgente de saneamentos, urbanização e melhoramento das vias de acesso para facilitar o escoamento da produção, colocou à disposição do Governo, uma verba de cem mil contos de réis para que, dentro de um projeto bem elaborado, atendesse as reais necessidades.(SILVA ,p. 208).

O autor dos textos afirma que o senhor Wanderley, como homem de confiança do governador, foi incumbido da missão de ir a Paris receber tal importância e nunca mais voltou ao Estado, nem o dinheiro emprestado chegou aos cofres públicos. José Luiz da Silva afirma que a história foi contada pelo doutor Marêncio Barros que foi diretor do Colégio Agrícola Floriano Peixoto que, havia ouvido essa história do pai dele doutor Costa Barros, senhor de engenho que conhecia de perto, o senhor Wanderley. José Luiz da Silva afirma que o dr. Tupinambá do Monte, diretor da escola agrícola, havia-lhe confirmado esta versão. E, assim, a área pertencente à Usina Wanderley foi apropriada pelo Estado que a repassou à Sociedade Alagoana de Agricultura, em 6 de junho de 1904 que tinha como presidente Miguel Guedes Nogueira.

A Estação Agronômica foi instalada pelo Decreto nº 346 de 7 de novembro de 1906. Por três anos (1907-1910), o Governo de Alagoas financiou a manutenção da Escola Prática de Agricultura que ofertava cursos primários e secundários com o objetivo de formar mão de obra para o campo. Segundo Sant'ana (1970, p.128) “ficará ressaltado no art. 1º da lei de 13 de junho de 1907 que a subvenção escolar seria entregue quando as condições financeiras do Estado permitissem”. Segundo o historiador, por

falta de recursos financeiros no Erário o repasse governamental chegou a atrasar por dois anos o pagamento dos vencimentos dos funcionários. Sem condições de cumprir com o que foi honrado, o Governo do Estado transferiu para o governo federal, a responsabilidade da instituição.

Surgiu então, em 30 de agosto de 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, primeira denominação do atual Campus Satuba, sendo o primeiro diretor Miguel Guedes Nogueira.

A autorização de funcionamento foi dada pelo presidente Hermes da Fonseca, por intermédio do Decreto 8.940 de 1911 e a finalidade da escola foi garantir um “ofício” para os jovens em situação de vulnerabilidade social, através de um ensino em regime de internato com um período de três anos com o primário sendo de um ano e o secundário de dois.

Os patronatos agrícolas surgiram em 1918 e ofereciam ensino profissional primário, elementar, médio e complementar. Segundo Soares (2003, p.44) “eram ensinadas noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos” O nome patronato, segundo o professor e historiador, Álvaro Queiroz vem de “pai” e se transformou à época em uma espécie de internato. O Patronato Agrícola de Alagoas tornou-se Aprendizado Agrícola de Alagoas por volta de 1931, tendo como patrono o marechal Floriano Peixoto e ficou sob o controle do governo federal de 30 de agosto de 1911 a 9 de março de 1927, quando passou a ser administrado pelo Estado até 28 de outubro de 1930, tendo como diretor João Castelo Branco.

Os aprendizados agrícolas tinham o objetivo de transformar a massa de jovens, incluídos, perversamente, no sistema, em mão

de obra, conforme Martins (1986). Os alunos passavam três anos no internato, sendo o primário de um ano e o secundário de dois com ensino voltado para as técnicas do campo. A educação agrícola prestava serviços às usinas por meio de empréstimos de ferramentas e máquinas.

Figura 17 – Prédio do Patronato Agrícola de Satuba



Fonte: arquivo Campus Satuba

No início da década de 1930, época do Estado Novo, os aprendizados passam para a responsabilidade do Ministério da Agricultura e a unidade de ensino passou a se chamar Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto, abrindo um novo sistema pedagógico com aulas de campo em salas de aula e de autossustentação, por intermédio da criação de aves, suínos, bovinos, coelhos e do plantio de arroz de várzea, hortas, mandioca e outras culturas agrícolas. Em 1947, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola Agrícola Floriano Peixoto com os cursos de Iniciação Agrícola, Mestria Agrícola e Técnico Agrícola, nomenclatura essa que permaneceu até 1957, quando passou a se chamar Escola Agrotécnica Floriano Peixoto

com a oferta do curso de Técnico em Agricultura e sua primeira turma foi formada em 1960.

Em 1964, a instituição tornou-se Colégio Agrícola Floriano Peixoto e, neste período, a escola esteve fechada desde 1963, devido a problemas na estrutura física do prédio principal, além de dificuldades orçamentárias e financeiras. Em 1979, recebeu a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Satuba e, em 2008, foi aglutinada à rede federal de ensino, a partir da criação do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

Segundo o professor Álvaro Queiroz, em seu histórico, o Campus Satuba,, foi uma reivindicação das classes dominantes no início do século XX em busca da formação de mão de obra qualificada para o campo e essa herança cultural predominou durante toda a trajetória da unidade de ensino, sob o controle do tripé trabalho escravo, latifúndio e a monocultura da cana-de-açúcar.

As primeiras relações entre professores e alunos tinham características do regime escravista imposto no Brasil, a partir da aplicação de um contexto político-conjuntural de dualidade educacional que representa pares opostos, tais como, trabalho manual e trabalho intelectual, dominantes e dominados, privilegiados e necessitados e vitimadores e vitimados. Em entrevista concedida em março de 2011, para a publicação comemorativa dos 100 anos, o professor Ramildo Vieira, ex-aluno do então Colégio Agrícola Floriano Peixoto, contou que nessa época, os alunos tinham que estudar, trabalhar e aprender uma profissão. Para Vieira, os tipos de irregularidades que resultaram em punição eram pegar frutas sem permissão, ser flagrado fora do alojamento depois do horário estabelecido e estar sem

fardamento. Há relatos, ainda, sobre uma sala de castigo chamada por “Cafua”.

A “Cafua” ficava por trás das salas de aulas em um ambiente inóspito, perto do manguezal. Tratava-se de um quartinho de 3 x 4 metros e, segundo Ramildo Vieira, o aluno que não cumpria com o regulamento da escola era colocado naquele espaço, como castigo. Mas na época em que passei por lá não me recordo de ter visto alguém ser punido. Pode ter sido no período do Patronato pelo fato de os alunos virem sem nenhum preparo do interior e praticavam desordens”, (VIEIRA, 2022, servidor aposentado em entrevista para a pesquisa).

Ramildo Vieira é ex-aluno e professor aposentado do campus Satuba e, praticamente, nasceu na instituição, pois o pai Aristides Vieira era funcionário da instituição. Em entrevista concedida ao autor deste livro, o ex-discente forneceu informações sobre o histórico da unidade escolar que herdou da Usina Wanderley, todo o patrimônio que, hoje, são vistos como históricos, a exemplo da capela, do prédio central, do casarão do diretor, do casario dos funcionários e um açude que foi desativado posteriormente. “Satuba e, especialmente, a área da escola, era privilegiada por ser uma região de várzea e propícia para o plantio da cana caiana”, afirmou Ramildo.

No período do Patronato Agrícola, até o final da década de 1920, a gestão da escola de Satuba coube ao agrônomo José Tupinambá do Monte, conhecido como “doutor Tupi”. Nesta fase, a unidade de ensino agrícola passou a ser denominada Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto. Diretores e funcionários, nessa

ocasião, moravam na escola como forma de oferecer melhor assistência aos alunos residentes. Conforme é citada na publicação *Trilhos da Memória* (2011) “na gestão do doutor Tupi, os alunos vindos do campo tinham prioridade no processo seletivo o que levava aos dirigentes a atender várias cartas de pais encaminhadas à direção, relatando estado de extrema pobreza e, por isso, rogavam por uma vaga para seus filhos concluírem os estudos e alcançarem uma mudança social”.

Figura 18 - Patronato Agrícola de Alagoas na década de 1920



Fonte: Arquivo Campus Satuba

O uniforme recomendado pela escola agrícola de Satuba, a partir da década de 1940 revelava a influência militarista na educação pública e gratuita. Nesse período, os alunos, todos do sexo

masculino, não eram conhecidos por seus nomes de batismo, mas por numerais que representavam a inscrição da seleção.

Os alunos que ingressavam na escola recebiam uma farda azul e botas para realização das atividades de campo, bem como uniforme bege para ser utilizada em ocasiões especiais na escola como comemorações cívicas, festividades e visitas de autoridades. (RAMILDO VIEIRA, em entrevista em 2011 para a publicação *Nos Trilhos da Memória*).

Ramildo lembra que os alunos, praticamente, eram aprisionados na escola, mas para isso recebiam todas as condições de ambientação como alimentação, cinema e o teatro Floriano Peixoto que funcionavam como uma integração dos alunos com a população de Satuba.

Em depoimento para este livro, o ex-aluno Wellington Fraga (1976-1980) trouxe mais informações sobre o enxoval militar:

A gente usava boina, o nosso uniforme cáqui. Tínhamos que levar o enxoval. Infelizmente naquele tempo dos militares, se a gente não tivesse condições de levar o enxoval, era uma coisa tão besta, mas nós não estudávamos. Inclusive nós levávamos uma malinha para ser conferida peça por peça. Short e camisa para educação física e farda do colégio. Tudo isso tinha que ter. Se não tivesse, infelizmente tinha que voltar para casa. (FRAGA, 2022, em depoimento para a pesquisa).

Figura 19 - Uniforme do colégio Agrícola Floriano Peixoto nas décadas de 1970 e 1980



Fonte: Blog de Sílvio Martins.

Também em entrevista ao autor deste livro, o egresso Etevaldo Amorim apresentou a lista do enxoval exigido pelo então Colégio Agrícola Floriano Peixoto, em 1973, durante o processo de matrícula.

Outra mudança de nomenclatura ocorreu entre 1946 a 1947, quando a denominação Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto passou a ser chamada de Escola Agrícola Floriano Peixoto. Com mais uma alteração, foram introduzidos os cursos de Iniciação Agrícola, referentes aos 6º e 7º anos e os cursos de Mestria Agrícola para os 8º e 9º anos. Um fato que se agudizou neste período foi a influência política, a partir da recomendação de nomes para compor o quadro de alunos da instituição de ensino. Empresários e parlamentares encaminhavam correspondências com apresentação do candidato a uma vaga escolar.

Figura 20 - Enxoval do aluno Etevaldo Amorim em 1975

MATERIAL A SER APRESENTADO QUANDO DA RENOVACÃO DE
MATRÍCULA NOS DIAS ENTRE 1 a 10 de DEZEMBRO-1975

- 01- (dois) Macacões de Modela Azul: +
- 02- (um) Calção Preto...: +
- 03- (duas) Camisetas sem mangas p/ educação física: +
- 04- (um) Par de Tênis Branco: +
- 05- (duas) Camisas Caqui TV 8: +
- 06- (duas) Calças Caqui "Florianos": +
- 07- (um) Par de Botas Pretas: -
- 08- (um) Casaco de Lã ou Alusfúrio: +
- 09- (duas) Camisas com distintivo do Colégio: R\$ 18,00 +
- 10- (um) Bolso com distintivo - R\$ 3,50 +
- 11- Fotocópia autenticada do Título de Eleitor: +
- 12- Fotocópia autenticada do Documento Militar: +

Etevaldo Alves Amorim
Etevaldo Alves Amorim

Fonte: Etevaldo Alves Amorim, 1975

A Ditadura civil-militar que teve início em 1964, provocou outra mudança de nome na escola que passou a ser chamada de Colégio Agrícola Floriano Peixoto. Segundo consta no livro *Nos Trilhos da Memória*, o Exército tentou entrar na escola para prender um líder estudantil, mas foi impedido pelo diretor da época. Ainda de acordo com a publicação, algumas práticas militares começaram a ser introduzidas, uma delas no exame de seleção dos estudantes. Nesse período, os alunos eram reconhecidos por número de inscrição de seleção e não pelo nome de batismo, prática adotada nas Forças Armadas. Segundo o professor Ramildo Vieira, um aluno chamado Aristeu Buarque de Gusmão, foi considerado subversivo por ter organizado um grupo de estudantes para reclamar das condições de insalubridade da escola e da qualidade da alimentação.

A escola na época do Regime Militar, a escola recebeu alunos de outros estados, como Pará, Amazo-

nas, da Bahia, de Pernambuco e já existia um movimento da Reforma de Bases no governo de João Goulart. E tinha na escola o Aristeu Buarque de Gusmão, um cara inteligente, fluente e que conhecia todo processo de mobilização. Em 1963, houve um levante na escola pela melhoria da alimentação e pela melhoria das instalações, mais liberdades para os alunos e a escola fechou, alguns alunos foram transferidos para Bananeiras-PB, Tapera-PE e Barreiros-PE. Mas outros alunos sumiram e reapareceram anos depois, entre eles, o Aristeu. A vantagem é que o dr. Tupi era uma liderança e tinha influência política e enfrentou a situação durante o Regime Militar, embora depois tenha sido depositado da escola. (RAMILDO VIEIRA, em depoimento para a pesquisa, agosto de 2022.)

O professor aposentado referiu-se, ainda, à preparação física dos estudantes em sua época como aluno e citou como um método militar, uma marcha diária de Satuba para o rio Catolé, uma distância de dois quilômetros. Vale destacar que a prática da educação física, à época, tinha mais um perfil de segurança pública do que de prática desportiva e de lazer.

O ex-aluno Etevaldo Amorim (1973-1975) em depoimento, declarou que as informações sobre o Regime Militar eram muito escassas e os estudantes pouco sabiam do que estava ocorrendo no País:

Para você ter uma ideia, eu tinha uma informação que dizia que lá estava havendo uma guerrilha na região do Amapá e que o exército estaria lá. Guerra eu só conhecia a Guerra Mundial. Depois é que vim saber que se tratava da Guerrilha do Araguaia. (AMORIM, em depoimento, 2022).

Wellington Fraga, ex-aluno da década de 1970, disse que, por pouco não foi expulso por ter recebido o então candidato a deputado estadual Renan Calheiros que foi fazer campanha no Colégio Agrícola.

Ele entrou no quarto dos alunos, subiu na minha beliche e deu o discurso dele e ninguém da direção questionou o acesso dele. Quanto ele foi embora, fomos chamados à diretoria para explicar a recepção. Explicamos que o homem era deputado e não cabia a nós expulsá-lo dos dormitórios,. (FRAGA, 2022 em depoimento para a pesquisa).

A respeito da homofobia, Etevaldo Amorim lembrou de colegas que sofreram preconceito.

Existiam três alunos que vieram de Barreiros e Palmares, em Pernambuco e que eram discriminados. Lembro que o chefe de disciplina tirou até uma brincadeira comigo dizendo: “isso é culpa das mães que botam os nomes dos filhos de Florisvaldo, Rosivaldo”. E olhou para mim, porque meu nome é Etevaldo. (AMORIM, 2022, em depoimento para a pesquisa).

Sobre esse mesmo assunto, Wellington Fraga trouxe mais detalhes quanto à prática homofóbica na escola agrícola. “Quem fosse descoberto que era homossexual perdia a formatura, ia para casa, era expulso do colégio. Infelizmente, existia essa ação por a pessoa ter um comportamento sexual diferente”, contou o ex-aluno.

Inclusive tinha um colega nosso que era homossexual, não podia demonstrar e ficou com aquela angústia. E a primeira coisa que ele fez ao assinar o diploma, porque depois da assinatura dificilmente você era ex-

pulso, a primeira coisa que ele fez foi dar um abraço na pessoa que estava do lado dele.(WELLINGTON FRAGA, 2022, em depoimento dado ao autor).

Ramildo Vieira, em entrevista ao pesquisador, declarou que se naquela época (décadas de 1960-1970) o diretor descobrisse que existia gay entre os alunos expulsava da escola. “Eu conheci um camarada que foi expulso por causa disso” contou Ramildo. O professor aposentado e ex-aluno não confirmou a existência de exame por parte da direção para saber se o aluno era homossexual. “Vivi ali por oito anos, nunca passei por isso. É conversa furada!”, explicou o ex-docente.

O preconceito se estendia também ao sexo feminino, durante o período da Ditadura Militar. A primeira mulher, somente ingressou como aluna em 1962, 50 anos depois da criação da escola agrícola. Tratou-se de Silvana Paes de Lima.

Em depoimento, a ex-aluna, no início dos anos 2000, Tâmara Lúcia, professora e então coordenadora Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) disse que na época dela ainda existia o preconceito contra a mulher no campus por meio de piadas que envolviam alunos e alguns professores.

Eu não tinha letramento racial. Eu nem sei nem se me identificava como uma menina negra. Eu sabia que era diferente daquela mais bonita da turma [...] então nós tínhamos professores com esse comportamento. Falando de mulher. Sobre a questão de ser negra, ser preto, sempre tinha piada. E todo mundo ria. Até o oprimido tinha que achar graça (TÂMARA LÚCIA, em depoimento para esta pesquisa, em novembro de 2022)

Na década de 1960, o Colégio Agrícola Floriano Peixoto fechou devido a rachaduras no prédio central, onde havia a residência

estudantil. Os alunos foram transferidos para as escolas da cidade de Bananeiras, na Paraíba, Vitória de Santo Antão e Barreiros, em Pernambuco. Um desses alunos transferidos foi Manoel Luiz da Silva que ao escrever uma série de livros sobre a cidade paraibana passou a ser chamado de o “guardador de memórias”.

Manoel Luiz Silva, nasceu do Estado de Alagoas, em União dos Palmares, na Fazenda Anhumas, filho de pais assalariados. Na adolescência foi interno da Escola Agrotécnica “Floriano Peixoto”, em Satuba, para estudar os Cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, depois transferido para Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros”, em Bananeiras - Paraíba, onde fez o Curso Colegial Agrícola, com formação em Técnico em Zootecnia. (SILVA, 2011, orelha do livro).

Esta citação traz um olhar de si, descrito pelo seu autor na orelha do livro “Satuba: Escolas de muitos, Privilégio de Poucos” (2011). Na obra, Silva relata momentos da sua juventude enquanto estudante, especialmente entre os anos de 1958 a 1962 quando era aluno interno da Escola Agrotécnica de Satuba.

Na publicação citada, Silva resgata a memória do então Colégio Agrícola Floriano Peixoto, desde sua chegada à instituição de ensino, em 1958, até ser enviado, em

Figura 21 – Capa do livro de Manuel Luiz da Silva



Fonte: o autor – 2023

1963, para a cidade paraibana de Bananeiras, localizada na mesorregião daquele estado, cuja a distância atual de Satuba é de que 401 quilômetros.

O município de Satuba-AL foi o ponto de partida para uma história de vida de Manoel Luiz na busca do conhecimento. Devido aos problemas financeiros e de estrutura física, enfrentados pela escola e que resultaram no fechamento temporário da instituição de ensino agrícola, Manoel Luiz e mais 18 colegas internos foram transferidos para o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, em 1965, permanecendo em Bananeiras desde então. Essa saída de seu lar e do seu estado para vivenciar uma formação profissional em outra cidade, simbolizaria: “[...] a intenção de tirar minha família - minha mãe e meu pai - daquela miséria que a gente vivia, lá na zona rural trabalhando” (SILVA, Entrevista, 2016).

As reminiscências contadas por Manoel Luiz da Silva sobre o período entre 1958 a 1963, com tanta riqueza de detalhes, direcionou o autor deste livro a obter mais clareza sobre a relação umbilical entre a educação profissional, o mercado de trabalho, por intermédio da formação de mão de obra e o envolvimento de organismos internacionais com uma metodologia de ensino-disciplinar com base na prática militarista tão marcante naquela época. Manoel Luiz menciona, no livro, a aplicação de uma codificação numérica aos alunos, identificação que transpunha as cercanias da escola agrícola e era utilizada, até mesmo, pelos pais dos discentes ao contactarem seus filhos na instituição.

A direção achava mais fácil tratar os internos por um código (numeral) de forma que era até difícil chamar os nossos colegas pelo seu nome verdadeiro. Quando não era pelo número, alguns eram chamados pelo apelido, o que sobremaneira não se sentiam satisfeitos em serem cognominados por nomes diferentes (SILVA, 2011,p.87).

O entendimento da codificação numeral era justificado como forma de melhor identificar os materiais didáticos, vestimentas e demais acessórios dos alunos.

A escola agrícola funcionou também como instituição correcional e o disciplinamento era aliado da cronometria, bem assemelhado a uma convivência de caserna, com alvorada ao som de cornetas sob a vigilância do guarda de turno. Depois da higiene corporal, os alunos se dirigiam ao pátio externo da escola para a prática da educação física. “Seu Menezes nos orientava a fazer de tudo de forma militar (era uma ‘meia volta *volver*; meia volta, volver, alto, descansar’) de forma bem sincronizada como nos campos de batalha”, conta Manoel Luiz da Silva no livro.

A publicação também faz referência à forma militar como o interno era recebido no colégio agrícola. Ao se internar, o estudante passava a receber instruções pré-militares, participando como integrantes do Tiro de Guerra ou grupo de escoteiros na própria escola. A cronometragem pré-militar tinha início por volta das 6 horas da manhã e, somente era concluída à noite quando o grupo ia à capela da escola receber aulas de religião ministrada pelo padre Gusmão ou nos ensaios do canto orfeônico ensinado pelo professor Pedro Nicácio que formou uma banda de jazz do Colégio Agrícola Floriano Peixoto.

Fechamento e transferência dos alunos

A transferência dos 26 alunos do Colégio Agrícola Floriano Peixoto para instituições de ensino de outros estados foi um dos episódios mais comoventes na história da instituição, segundo Ma-

noel Luiz da Silva, um dos alunos transferidos. Muitos estudantes não aceitaram a transferência para outros estados. O primeiro ano colegial não aceitou ir para Quissamã, em Sergipe, devido ao difícil acesso com áreas alagadiças e casos de malária que chegaram a resultar em óbitos de alunos. Decidiu-se então, que os alunos do primeiro e terceiro ano colegial iriam para Bananeiras-PB no início de junho de 1963, período de Inverno.

Naquele ano de 1963 iniciamos a viagem para Bananeiras em um ônibus “Ciferal” fretado pela escola, seguido, ao mesmo tempo por um caminhão lotado de colchões, gêneros alimentícios em quantidade, roupas de cama, peças inteiras de tecidos (Quaker e mescla) para confecções de nossas fardas, sapatos, além de materiais didáticos (SILVA, 2011, p.80).

O trajeto da viagem seguiu por Recife e João Pessoa com pernoite em hotel no bairro do Varadouro, na capital paraibana, depois de uma tarde de atoleiros, ladeiras e estradas quase intransponíveis, segundo Manuel da Silva. No outro dia, mais rodovias vicinais com parada na cidade de Manitu-PB, onde já cansados e desesperançosos, os estudantes fizeram um pacto de retornar, no dia seguinte, para as cidades de origens, caso a nova escola não atendesse às suas expectativas. No entanto, a Escola Vidal Negreiros, em Bananeiras-PB cativou os alunos pela estrutura física. A cidade paraibana com tradições culturais e festivas também foi uma atração a mais para os estudantes recém-chegados do Colégio Agrícola Floriano Peixoto. No final daquele ano, 1963, os discentes que conseguiram concluir o terceiro ano colegial foram Lécio Resende, Ebenezer Cansanção, José Guardiano, José Maximiano, Ademar Lopes, George Lins da Cunha (que se tornou diretor da Agrotécnica de Satuba na década de

1980), João Jorge e Rubens Batista. O autor desta obra conversou com o escritor Manoel Luiz que confirmou todas as informações. O ex-aluno mora em João Pessoa-PB e é considerado um guardião da memória paraibana.

O professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Aluizio Ferreira da Silva ao ser entrevistado lembrou que, assim como Manoel Luiz, ele nasceu em União dos Palmares, morava em uma fazenda e, como os pais não tinha condições financeiras para pagar uma escola particular, foi levado para a então Escola Agrotécnica Floriano Peixoto, em 1959. Em 1963, a escola foi fechada por problemas financeiros e 18 estudantes foram levados para Bananeiras, na Paraíba, para o Colégio Agrícola Vidal Negreiros, vinculado à Universidade Federal da Paraíba. O ex-discente e um dos alunos transferidos, contou que chegou a Bananeiras no dia 12 de maio de 1963 e se deparou com um choque de cultura. "O ambiente no colégio (Agrícola de Satuba) era muito militarista [...] a mínima coisa que o aluno fizesse era punido. Em Bananeiras era um outro ambiente, o nível de consideração em relação ao estudante era muitíssimo elevado", afirmou o egresso.

O escritor Manoel Luiz da Silva, egresso do final dos anos de 1950, também faz referência à instalação do período de Regime Militar, em 1964 e cita que os alunos do Colégio Agrícola Floriano Peixoto que foram transferidos para Barreiros, em Pernambuco sofreram perseguições, humilhações pelos militares quando, segundo o autor, "altas horas da noite o próprio Exército por ordem do Comando Geral, sediado em Recife, entrou na escola de Barreiros para procurar militantes de esquerda, acordando os alunos com suas baionetas escaladas, rifles em riste forçando a presumível descoberta de militantes estudantis na própria escola'.

Segundo o historiador, esse fato resultou na fuga de alunos de Barreiros para Alagoas por dentro de canaviais até suas comunidades, sob o temor de serem alcançados e presos pelos soldados. O episódio teve Barreiros como mira dos militares, porque foi em Pernambuco que as ligas camponesas tiveram mais ação. Em 1965, o curso técnico em Agropecuária foi concluído em Bananeiras pelos alunos de Alagoas, os quais foram os relacionados no Quadro – 5.

Quadro 5 – Concluintes do curso técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola Vidal Negreiros

CONCLUINTES ALAGOANOS	CURSO
Gilvan Gomes	Técnico em Agropecuária
Jacson Vieira	
Manoel Ferreira	
Juracy Pereira	
Orlando Magalhães	
Gilson de Castro	
Manoel Luiz	
Albérico de Carvalho	
Gilberto Custódio	
Mário Gaia	
Renato Gomes	
Aluizio Ferreira	
Arinaldo Crispim	
Petrúcio Nascimento	
Nelson Ferreira dos Reis	

Elaborado pelo autor (agosto, 2022). Fonte: Silva (2011, p.85)

Vale destacar que esse grupo de alunos (1959 a 1965), cujas fotos podem ser vistas na Figura 22, se mostra ativo nas redes sociais.

Figura 22 - Alunos da década de 1960 transferidos para Bananeiras-PB



Fotos extraídas do livro de Manoel Luiz (2011)

Fatos trágicos

O minucioso trabalho de memórias de Manoel Luiz da Silva traz importantes lembranças no contexto histórico e institucional do Campus Satuba, porém fatos trágicos, inseridos nas memórias subterrâneas dessas vozes do passado, ocorreram ao longo de mais de

cem anos e o autor desta obra destaca três episódios considerados emblemáticos pelos relatos dos atores sociais que os vivenciaram.

O primeiro episódio a ser destacado aconteceu em 1960, ocasião em que um servidor da instituição matou um aluno, conhecido por Vilela por suspeitar que ele estivesse em início de namoro com sua filha ao vê-lo conversando em uma barraca de lanches de sua propriedade e que funcionava em frente ao colégio agrícola. O funcionário atirou e o estudante morreu no hospital, o que provocou uma revolta estudantil na instituição de ensino que culminou com um incêndio da barraca de lanches do suspeito da morte. O aluno era presidente da União dos Secundaristas de Alagoas (Uesa) e estava à frente de diversas reivindicações em prol dos discentes e esta condição inflamou, ainda mais, a revolta estudantil contra o autor do crime.

O outro acontecimento trágico foi o choque entre dois trens da Rede Ferroviária do Nordeste (RFFSA) em frente ao Colégio Agrícola Floriano Peixoto. Por um erro humano na condução de partida dos comboios, os veículos pesados traçaram o mesmo trajeto em uma curva, o que provocou a colisão e chamou a atenção dos alunos que jogavam futebol em um campo à margem da linha férrea. Os estudantes acessaram os ferros retorcidos dos trens e salvaram muitas vítimas, levando-as para a enfermaria da escola para os primeiros atendimentos médicos.

Minha casa mesmo ficou cheia. Eu tinha 11 anos de idade e estava jogando bola em frente a linha férrea. Naquele momento eu vi um trem chegando em Satuba e o outro vindo de Maceió. O acidente ferroviário foi fruto de uma desatenção do chefe da Estação de Satuba, que era o seu Marinho, que era

o homem de bem e foi acusado de ter provocado o acidente de trem. Ele não atentou para a liberação do trem, já cansado e prestes a se aposentar. Só faleceu o maquinista que se dirigia de Maceió para Recife. Então o pessoal que ia para Recife passava a noite nas casas da gente, conversando, cantando e brincando, depois de ser medicado na farmácia do colégio. (RAMILDO VIEIRA, em entrevista em agosto de 2022).

A terceira tragédia a ser registrada foi um tiroteio ocorrido em 2004 em uma boate chamada Arena e que funcionou no bairro Jaraguá, em Maceió. Era uma festa de pré-formatura dos estudantes do Cefet-AL. Três homens tentaram entrar sem ingressos, foram barrados, mas voltaram atirando contra quem estava na festa. A egressa Acássia Deliê (2003-2007) contou que estava na boate, na ocasião, e se escondeu no banheiro por dez minutos. Ela afirma que quando retornou viu alguns estudantes feridos e um sendo levado de maca. Os disparos provocaram a morte de um aluno do terceiro ano, o estudante Pedro Manoel Simões de Melo, de 19 anos. Outros cinco estudantes com idades que variavam entre 18 e 19 anos foram levados feridos para o pronto-socorro de Maceió. A tragédia provocou comoção na cidade e os estudantes do então Cefet-AL realizaram uma manifestação pelas ruas de Maceió. Os autores foram presos em Minas Gerais e faziam parte de uma quadrilha de assaltantes. Foram julgados em 2010 e presos naquele ano.

Figura 23 -Manifestação dos estudantes do Cefet-AL por causa da tragédia da Boate Arena



Fonte: o autor

Retomando o percurso histórico do campus centenário Ifal -Satuba, vale salientar que, a partir de 1969 deixaram de existir os cursos de Iniciação Agrícola e Mestrado Agrícola. O curso de técnico em Agricultura permaneceu, mas mudou para técnico em Agropecuária depois da implantação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário.

Em 1979, ocorreu outra mudança de nome da escola e o que era Colégio Agrícola Floriano Peixoto passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Satuba - EAFS. No período entre 1980 a 1985, as atividades de campo eram

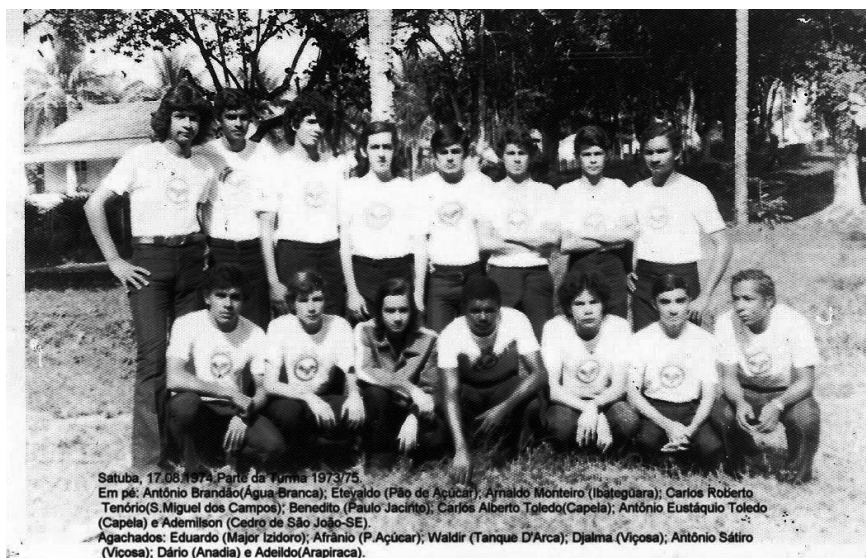
Figura 24 - Ônibus do Colégio Agrícola Floriano Peixoto usado em visitas técnicas



Fonte: Blog de Sílvio Martin

executadas por projetos realizados pelos alunos e professores. Os primeiros se responsabilizavam pelas hortas, lavouras e criatórios que abasteciam o refeitório. Parte da produção era vendida pelos alunos que ficavam com o lucro como forma de pagamento pelos serviços prestados à escola. A partir da denominação EAFS adotou-se o lema “aprender para fazer e fazer para aprender” que, concomitantemente, instituiu a escola-fazenda que reunia salas de aula, projetos de produção e cooperativa. Para Marques (2011, p.11) “o sistema de Escola-Fazenda é constituído de uma estrutura física, composta de salas de aula, internato, cooperativa, agroindústria e laboratórios de produção”.

Figura 25 - Turma 1973-1975



Fonte: Arquivo de Etevaldo Amorim.

A primeira eleição direta no Campus Satuba, ocorreu, ainda na condição de Escola Agrotécnica de Satuba, em 1991 e sob polêmica, devido à composição de lista tríplice que não havia sido

regulamentada pelo Ministério da Educação. Francisco de Assis Verçosa Amorim foi o escolhido pelo MEC e dirigiu a escola entre 1992-2003.

Nesse período de Escola Agrotécnica Federal de Satuba, os eventos institucionais começaram a receber mais notoriedade pela sociedade civil e segmentos econômicos do estado. Portanto atividades como, a Semana Ruralista, pioneira na realização de feiras agropecuárias, os eventos cívicos como a tradicional festa da Emancipação Política de Satuba e Emancipação Política de Alagoas, as feiras de ciências, a Semana Cultural e as gincanas pedagógicas, tornaram-se atrativos e transpunham os muros da instituição de ensino.

A polêmica aglutinação da EAFS ao Instituto Federal de Alagoas

A transição da denominação Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS) para o Campus Satuba do Instituto Federal de Alagoas não foi tão tranquila quanto se pensa. O motivo da desconfiança da comunidade, tanto do Cefet-AL (Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas) como da EAFS estava na edição do Decreto nº 6.095 publicado no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2007 que estabeleceu diretrizes para um processo de integração dos Cefets, escolas agrotécnicas e escolas vinculadas, como o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Para que ocorresse essa junção, o Ministério da Educação (MEC) prescreveu procedimentos a serem cumpridos pelas instituições interessadas em aderir à junção:

- 1) assinatura da proposta de adesão entre as instituições federais de educação em cada unidade da Federação;

2) construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e

3) aprovação das propostas nos conselhos superiores de cada uma das instituições.

Como fora citado, anteriormente, a palavra “Instituto” soava nos ouvidos dos segmentos internos como um início do processo de privatização da educação pública, porque dava a entender que, com a aglutinação, essas instituições deixariam de ser mantidas por financiamento público para angariar seus próprios recursos.

Na EAFS, o comportamento da comunidade acadêmica (alunos, docentes, técnicos administrativos) era de reação à proposta, pois havia o temor de que houvesse uma perda de identidade institucional com essa junção ao Cefet-AL.

A discussão sobre a aglutinação entre EAFS e o Cefet-AL ocorreu em uma audiência pública realizada no auditório do Senai, no bairro Poço, em Maceió, na tarde do dia 3 de março de 2008 e que reuniu servidores dessas unidades de ensino, a apenas nove meses da proximidade da publicação do Decreto que criava os institutos federais. A presença do diretor de Desenvolvimento da Rede Federal e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (Setec-MEC), Getúlio Marques Moreira trouxe alguns esclarecimentos às categorias, entre os quais: a adesão ao modelo não seria obrigatória e deveria ser tomada por cada comunidade acadêmica; as escolas que não aderissem ao projeto poderiam ter dificuldades em ter acessos a recursos financeiros, porque os recursos do novo modelo já estavam previstos no Orçamento da União e haveria promessa da contratação de docentes e técnicos administrativos.

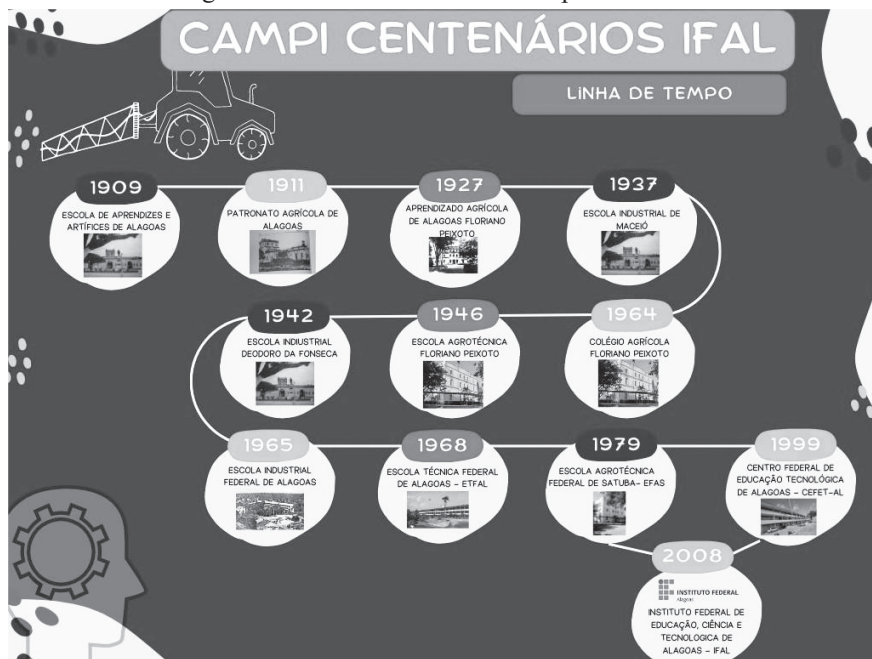
Assim, a comunidade da EAFS decidiu aderir à proposta de criação do Instituto Federal de Alagoas, porém teve que, ao longo do processo, reverter a interpretação de que o Cefet-AL absorveria a Escola Agrotécnica Federal de Satuba, ou seja, o entendimento dos servidores era de que a instituição de ensino agrícola estava sendo colocada em segundo plano na proposta.

Do preconceito ínsito nas mentes de alguns poucos, restou, por fim, salvo algumas exceções, a compreensão de que não estávamos lá para fazer de conta que existíamos. Existíamos mesmo e a ninguém seria dado o direito de pensar ou agir de modo diverso. (ALVES; SANTOS e ROCHA, 2011, p. 222).

A reação da comunidade da EAFS em marcar presença na aglutinação gerou efeito positivo na constituição do Instituto Federal de Alagoas, tanto que, na composição do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifal, três professores da escola agrotécnica, participaram da comissão formuladora do plano que foi composta por Paulo Felisberto da Rocha (EAFS), Anselmo Lúcio Aroucha e José Carlos de Souza Lima (EAFS), Álvaro José de Oliveira (Cefet-AL) e Jarbas Alves Cavalcante (Cefet-AL).

A adesão da EAFS ao Ifal estabeleceu um marco na educação profissional na área da agroindústria e da agropecuária ao ser estabelecido o tripé ensino, pesquisa e extensão, a partir de integração do ensino médio ao técnico o que proporcionou a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Figura 26 - Nomenclaturas dos campi centenários



Elaborado pelo autor: Fontes: Bonan (2010) e Costa (2011)

Institutos federais e a relação com o desenvolvimento local

A Lei nº 11.892/08 que criou os institutos federais expressa, no artigo 6º, a necessidade de orientar a oferta formativa à base territorial das unidades para:

I- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Os institutos federais têm como uma das ações em sua missão, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas

para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Mediante este pressuposto, é evidente a importância dada ao território no processo de expansão dos institutos federais no desenvolvimento local e regional, o que significa possibilitar aos diferentes municípios e regiões, instrumentos para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico para estabelecer a geração de inovações tecnológicas.

A escola, seja no nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar permanentemente, aberta à população e firmar-se como um efetivo polo cultural.[...] Isso só será possível, à medida que as organizações comunitárias passem a assumir também, a tarefa de gerir esses espaços e zelar pelo patrimônio público.(PACHECO,2011).

A vinculação dos campi Maceió e Satuba com a sua comunidade externa ultrapassou a um século, estabelecendo-se uma política de boa vizinhança que propiciou uma identidade com os municípios onde estão localizados. Surgido entre os bairros Centro e Poço, o Campus Maceió, ao longo da história, tornou-se uma unidade de ensino, estimuladora do desenvolvimento socioeconômico e cultural do entorno onde foi edificado. Bonan (2010) faz referência, por exemplo a um desses movimentos culturais ao se referir à banda de música da Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL) regida pelo maestro Manuca:

A banda de música foi durante muitos anos, o cartão postal da escola. Seus inúmeros desfiles pelo nosso Estado e fora dele, marcaram uma época de apogeu em que os aplausos eram a forma da mais alta expressão de carinho e respeito.(BONAN, 2010).

Entre o final da década de 1970 e toda a década de 1980, a banda de música do maestro Manuca e grupos artísticos como, o coral da maestrina Maria Augusta Menezes eram conhecidos como cartões postais da escola pelo prestígio que conquistaram na sociedade alagoana. O maestro Manuca também se destacou como autor de hinos e canções militares conhecidas como dobrado.

Das composições musicais de sua lavra, destacam-se o Hino da Padroeira de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Coqueiro Seco, o Hino da Polícia Militar de Alagoas, a Marcha Tenente Ribeiro e o Dobrado Major Pantaleão.(COMPOSAL.

Figura 27 - Banda de música regida pelo mestre Manuca



Fonte: arquivo Etfal (1975)

Outro nome que valorizou a cultura da Escola Técnica Federal de Alagoas e expandiu essa valorização para todo o Estado de Alagoas foi o da maestrina Maria Augusta Monteiro que criou o Co-

retfal em 1975. Durante sua carreira, foi responsável por modificar a vida de diversas pessoas por meio da música e por interiorizar a educação musical no Estado de Alagoas.

Ao longo da vida, a maestrina recebeu diversos prêmios e homenagens, como a Comenda do Mérito Universitário da Ufal, a comenda Nise da Silveira do Conselho Estadual de Educação, a comenda da Ordem do Mérito dos Palmares e a medalha Nilo Peçanha, do Ministério da Educação pelos serviços prestados à Educação Profissional e Tecnológica brasileira. (GAZETAWEB, 2018).

Figura 28 - Maestrina Maria Augusta Monteiro com o coral da Etfal criado em 1975



Fonte: arquivo Ifal (1975)

Em referência ao Campus Satuba, ressalta-se a participação efetiva da escola nas datas festivas do município do mesmo nome. Costa, et al,(2011) destaca que “a saudosa Escola Agrotécnica de Satuba foi pioneira na realização de feiras agropecuárias que inseriram, em sua programação, leilões, exposições de animais e máquinas. Tal

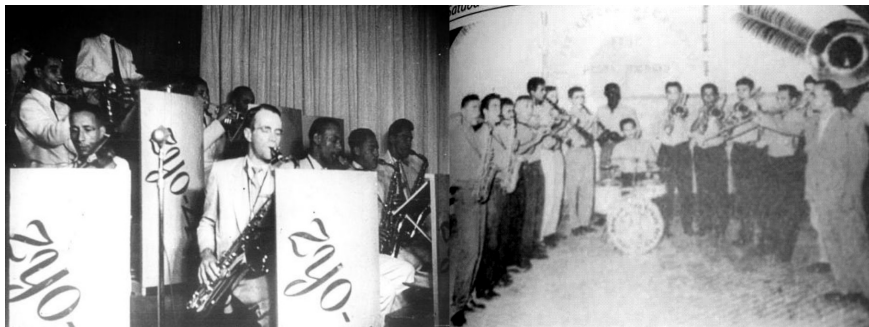
evento recebeu o nome de “Semana Ruralista”. Os (as) autores (as) ressaltam ainda como movimento extensionista e cultural, a implantação de um curso de Educação Doméstica em que as mulheres da comunidade aprendiam o ofício do bordado inserindo os pontos da cruz, aulas sobre espinha de peixe, dobra em “bainha” como também corte e costura.

No final da década de 1950 e início de 1960, a então Escola Agrotécnica Floriano Peixoto possuía um cinema e o Teatro Floriano Peixoto como forma de entrelaçar os alunos com a população de Satuba. Ramildo Vieira afirmou, em entrevista, que o município era considerado distante para os que moravam em Maceió e visto como “lugar ruim” em todos os sentidos. “O que existia de entretenimento era a escola de Satuba e a própria cidade e, por isso, havia essa integração”, disse o docente. Aos sábados e domingos eram exibidos filmes épicos, românticos e de *bang-bang* que também eram as telas exibidas nos cinemas tradicionais de Maceió à época como, o São Luiz, Ideal, Plaza e Lux.

Outra relação do Campus Satuba com o desenvolvimento regional da localidade onde está situada foi no esporte. O estádio de futebol denominado Benigno Acioly pertencia à Escola Agrotécnica de Satuba e foi cedido para o município.

Nos anos de 1960, a unidade de ensino agrícola possuía uma banda de Jazz sob o comando do professor José Nicácio que tocava em bailes da cidade, além de uma fanfarra que era a atração do desfile da Emancipação Política de Satuba, evento comemorado em 17 de agosto.

Figura 29 – Banda de Jazz do maestro Pedro Nicácio



Fonte: Arquivo Ifal-Satuba e MISA/

Considerações finais

Os campi do Instituto Federal de Alagoas, localizados em Maceió e Satuba, são instituições centenárias que ajudaram a escrever a história da educação profissional em nosso estado. Mais do que espaços de ensino, eles se tornaram referências de afeto, identidade e pertencimento para gerações de estudantes, servidores e para a própria sociedade alagoana.

No passado, marcaram o início de uma trajetória de oportunidades, formando profissionais que atuaram e ainda atuam na indústria, no comércio e na agricultura, sempre com um olhar atento às necessidades locais. Cada turma formada, cada projeto realizado e cada vida transformada fortaleceram um legado que ultrapassa os muros escolares e se inscreve na memória coletiva de Alagoas. Como instituições centenárias, foram fundamentais para a formação de sucessivas gerações de trabalhadores, técnicos e gestores que impulsionaram o desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura no estado.

Em Satuba, a vocação agrícola dialogou diretamente com as raízes do interior alagoano, fortalecendo o campo e valorizando o sa-

ber tradicional. Já em Maceió, a capital, a ênfase na formação para a indústria e o comércio contribuiu para dinamizar a economia urbana e preparar profissionais aptos a responder aos desafios da modernização.

No presente, mantêm viva essa tradição, aliando excelência acadêmica, pesquisa e inovação a um forte compromisso social. Ex-alunos e servidores preservam laços de identidade institucional, expressos em histórias de amizade, gratidão e orgulho de terem feito parte dessa caminhada. O vínculo afetivo se renova a cada geração que chega, mantendo viva a chama de uma comunidade educativa que não se limita ao período escolar, mas acompanha toda a vida.

E no futuro, esses campi continuarão sendo faróis de conhecimento e transformação. Sua missão vai além de preparar profissionais: é também cultivar valores, memórias e identidades, reafirmando o Instituto Federal de Alagoas como patrimônio educacional e afetivo, essencial para a construção de um estado mais humano, justo e próspero. A qualquer época daí para frente, os campi de Maceió e Satuba continuarão a desempenhar papel estratégico: formar lideranças, fomentar soluções para o desenvolvimento sustentável e preparar Alagoas para os desafios de um mundo em constante transformação. Neles, tradição e inovação se encontram, reafirmando a missão do Instituto Federal de Alagoas como um patrimônio educacional vivo, indispensável para a construção de um estado mais justo, competitivo e próspero. Por isso, surge a necessidade de se projetar multiplicadores não só nesses lugares centenários de memórias, mas também nos campi e espaços formativos do Ifal para que assim seja efetivada a sua identidade institucional.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2011.

BONAN, Irene. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Alagoas, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): Cem anos de História do Ensino Profissionalizante em Alagoas**. Maceió; Edufal, 2010.

BROWN, Adrian. **Digital preservation guidance note 2: selecting storage media for long term preservation**. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2FJa4vG> Acesso em: 3 abr.2020.

CIAVATTA, Maria. **Arquivos da Memória do Trabalho da Educação e Formação Integrada. Texto parte do Projeto “Memórias e temporalidades da formação do cidadão produtivo emancipado”**. Apoio CNPq e FAPERJ. 2015.

CIAVATTA, Maria. **Formação Integrada a Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade**. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>.

CIAVATTA, Maria. **Memória e Projeto: fotografia como fonte histórica**. In: MAGALDI,

ANA MARIA et al. **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF

ROSALBA, Patrícia; CHRISTINNE, Amanda; QUEIROZ, Álvaro (Org.). **Nos Trilhos da Memória: cem anos do Instituto Federal de Alagoas - Campus Satuba**. Maceió: Ifal, 2011.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.

DURKHEIM, Émile. **O que é um Facto Social?** In: DURKHEIM, Émile **As Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro:Escola Técnica, 1961. v.1

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo; Vértice, 1990. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf, acesso em 15 de agosto de 2021.

HEYMANN, Luciana. **O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. In: SEMINÁRIO PRONEX “CIDADANIA E DIREITOS”, 3., 2006, Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC –, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/N48GkzwvvcKTVBYC64M6Bcx/?format=pdf=pt>. Acesso em 14/07/2022.

HORTA, Maria de Lourdes,GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>,acessoem 18.Jul.2021.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 18 julho de 2021.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. LEROI-GOURHAN André. (1959). **Libération de la main. Problèmes, revue de l'Association des étudiants en médecine de l'Université de Paris**, nº 32, 1956 (p. 6-9).

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas, Editora Alínea,2007.Disponível:https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha2015_06_04_10_29_0029.pdf. Acesso em 30 ago. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes,1986.

MEC.- **Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica - concepção e diretrizes**, 2010. disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 29 ago 2021.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/5MKSx3s8rWYnWqfpwgfGz/?lang=pt>, acesso em 15 de agosto de 2021.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v.10, 1993. Disponível: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2N, 3, 1989. Disponível em <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>, acesso em 18 de julho de 2021.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>, acesso em 18.Jul.2021.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Conflitos políticos e intolerância religiosa em Alagoas na primeira república**. Niterói, n. 27, p. 203-223, 2. sem. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42040/23919>. Acesso em 14/08/2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurs eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes) Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014 (Coleção formação pedagógica; v. 5).

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador . A ideia de progresso**. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/article/download>, acesso em 15 de agosto de 2021.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Brasília: IFRN, 2009. Disponível em: . Acesso em: 29.ago 2021.

TORRANO, Jaa. **O mundo em função das musas**. In: HESÍODO. Teogonia. A origem dos deuses. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2015. P. 13-95.

WATTS, Harris, On Câmera: o curso de produção de filme e vídeo da BBC - São Paulo- Summus -1990.

BRASIL Lei Nº 378, de 13 de Janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em <<https://www2>

camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>, acesso em 18.Jul.2021.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm>, acesso em 18.Jul.2021.

BRASIL Lei nº 6.545. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16545.htm>, acesso em 18.Jul.2021. **BRASIL. Lei nº 11.892 de 23 de dezembro de 2008.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

BRASIL, Decreto Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909 Créa nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>. Acesso em 30.ago 2021.

ANEXO

ANEXO A - primeiros professores da Escola Aprendizes Artífices - 1910



Fonte: arquivo Ifal

Anexo B – visão aérea da Escola Técnica Federal de Alagoas no início da década de 1970



Fonte: arquivo Ifal

ANEXO C - alunos expõem armas na Escola de Aprendizes e Artífices -1910



Fonte: Arquivo Ifal

ANEXO D – Alunos diplomados em 1926 na Escola de Aprendizes e Artífices



Fonte: Arquivo Ifal

ANEXO E – Solenidade do dia da Bandeira – Etfal – década de 1980



Fonte: arquivo Ifal

Formato: 150 x 210 mm
Tipologia: texto Times New Roman - 12/18
títulos Times New Roman Bold - 12/18
Papel miolo: Off-set 90g/m²
Papel capa: Couchê fosco 300g/m²

Impresso em 2025

